

**LEANDRO GUIMARÃES ARAÚJO**

**A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL  
DA BAHIA E SEUS IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA**

**SALVADOR**

**2006**

**LEANDRO GUIMARÃES ARAÚJO**

**A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL  
DA BAHIA E SEUS IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA**

Monografia apresentada no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Gilca Garcia de Oliveira

**SALVADOR  
2006**

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

Araújo, Leandro Guimarães

A663 A expansão da indústria de papel e celulose no Extremo Sul da Bahia e seus impactos sobre a estrutura agrária /

Leandro Guimarães Araújo. - Salvador: L. G. Araújo, 2006.

77 p. tab. il.

Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2006.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gilca Garcia de Oliveira

1. Indústria de papel e celulose. 2. Complexo florestal. 3. Estrutura Agrária.

CDD – 677.57

Leandro Guimarães Araújo

A expansão da indústria de papel e celulose no Extremo Sul da Bahia e seus impactos sobre a estrutura agrária

Aprovada em julho de 2006.

Orientadora: \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Gilca Garcia de Oliveira  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Henrique Tomé da Costa Mata  
Prof. da Faculdade de Economia  
da UFBA

\_\_\_\_\_  
Milson dos Anjos Batista  
Projeto Corredores Ecológicos/  
Corredor da Mata Atlântica

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus por está sempre iluminando o meu caminho.

Agradecimentos especiais a meus pais, pela força e, em especial, minha mãe, por aturar meus momentos de estresse.

A meu irmão João Vitor, minha avó e a meu tio Zé Carlos por acreditarem sempre no meu potencial.

Não posso também esquecer de meus tios, primos, amigos, em especial, os amigos de infância e os colegas de faculdade.

A minha orientadora Gilca Garcia que contribuiu com o apoio e com as idéias voltadas para a confecção deste trabalho.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho analisa os impactos da indústria de papel e celulose sobre a estrutura agrária no Extremo Sul da Bahia onde, a partir dos anos 1980, emerge enquanto área de expansão do complexo florestal liderado pelos empreendimentos do setor de papel e celulose. Inicialmente, analisa-se a evolução do setor no Brasil, mostrando como o papel das políticas públicas de incentivos liderados, em grande parte, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) condicionou para tornar forte o segmento exportador desta atividade. Após isto, faz-se uma caracterização do Extremo Sul em termos históricos, sócio-econômicos e demográficos, destacando, sobretudo, como os atributos territoriais e climáticos favoráveis tornaram a região propícia à implantação dos maciços florestais associado à agroindústria de papel e celulose. Em seguida, busca-se examinar as modificações ocorridas na estrutura agrária regional decorrentes da chegada das empresas de papel e celulose, considerando o crescente avanço das áreas ocupadas com os maciços florestais, alterando desse modo as relações produtivas e o padrão agrário da região.

**Palavras-chave:** indústria de papel e celulose, complexo florestal e estrutura agrária.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	6
2	<b>A INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL</b>	9
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO SETOR	9
2.2	SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	11
2.3	EVOLUÇÃO RECENTE	19
2.4	PARTICIPAÇÃO DO SETOR NO ESTADO DA BAHIA	28
3	<b>DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FLORESTAL E DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL DA BAHIA</b>	35
3.1	CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, SÓCIO-ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA	35
3.2	DECLÍNIO DA ATIVIDADE MADEIREIRA NOS ANOS 70	49
3.3	FATORES INSTITUCIONAIS E NATURAIS QUE PROPICIARAM A IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE FLORESTAL E DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL BAIANO	50
3.4	CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NA REGIÃO	52
3.4.1	<b>A Bahia Sul Celulose</b>	52
3.4.2	<b>A Veracel Celulose</b>	55
4	<b>A INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE E A QUESTÃO AGRÁRIA NO EXTREMO SUL</b>	57
4.1	ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO	57
4.2	TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA AGRÁRIA REGIONAL DECORRENTES DA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE	60
4.3	PROGRAMA DE FOMENTO FLORESTAL VERSUS PROPOSTA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	69
5	<b>CONCLUSÃO</b>	73
	<b>REFERÊNCIAS</b>	75

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a indústria brasileira de papel e celulose vem se desenvolvendo de forma bastante significativa. Exemplo disto é que, atualmente, o Brasil é o maior produtor e exportador mundial de celulose fibra curta de eucalipto. Esta evolução sempre foi, em grande parte, condicionada pelas políticas públicas que tiveram como objetivo primordial tornar este setor competitivo no mercado internacional. Desse modo, a política pública levada a cabo em boa parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contribuiu, de maneira decisiva, para a criação e organização do segmento exportador do setor de papel e celulose no Brasil, tal qual ele se apresenta hoje: um segmento exportador que, desde sempre, recebeu especial atenção das políticas de incentivos voltadas para o setor de papel e celulose no país.

O Estado da Bahia, em particular, o Extremo Sul atraiu este tipo de empreendimento em função de suas dotações edafoclimáticas favoráveis para o cultivo do eucalipto, tais como: clima quente e úmido, chuvas bem distribuídas durante o ano, topografia plana que favorece à mecanização, entre outras. Além destas, a Bahia possui terras relativamente baratas quando comparadas com outras regiões do país. Os dois grandes empreendimentos do setor de papel e celulose no Extremo Sul baiano são: a Bahia Sul Celulose, localizada no município de Mucuri, implantada em 1989, entrando em funcionamento em 1992 e a Veracel Celulose, no município de Eunápolis, que entrou em operação em 2005.

O segmento de papel e celulose geralmente é apresentado como importante fonte de desenvolvimento devido à utilização de recursos econômicos, tecnológicos, agronômicos, dentre outros em seu processo produtivo, o que o proporciona um grande potencial de reformulação econômico/espacial. No entanto, efeitos adversos, muitas vezes omitidos pelos beneficiários e interessados, aí incluindo o Estado, também são uma realidade tais como os danos sócio-econômicos-ambientais provenientes da atividade.

À luz deste fato, é muito importante destacar que a implantação e o desenvolvimento da atividade florestal liderado pelas grandes empresas do setor de papel e celulose, ao



mesmo tempo em que proporcionam a inserção competitiva do Extremo Sul da Bahia na dinâmica econômica dos cenários nacional e internacional, provoca, por outro lado, transformações significativas na estrutura sócio-econômica regional, particularmente, no espaço agrário.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é demonstrar os impactos sobre a estrutura agrária no Extremo Sul da Bahia decorrentes da expansão dos empreendimentos do setor de papel e celulose na região. Em face disto, parte-se do seguinte problema: em que medida a expansão dos empreendimentos do setor de papel e celulose no Extremo Sul da Bahia provocam impactos sobre a estrutura agrária? Toma-se como hipótese que o modelo adotado pelas empresas do setor destina-se a atender a produção em larga escala a fim de se reduzir custos de produção, utilizando, para tanto, extensas plantações de eucalipto. Além disso, com a chegada dos grandes projetos para o setor, pequenos agricultores sentem-se atraídos em função da perspectiva de melhores empregos, levando-os assim a abandonar suas antigas atividades no campo.

Com este propósito, este estudo consta desta introdução, mais três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo, faz-se uma apresentação da indústria de papel e celulose no Brasil, caracterizando, inicialmente, o setor e, posteriormente, mostrando a sua evolução no país, ressaltando a importância das políticas públicas de incentivos e a importância significativa nos dias atuais que a indústria brasileira de papel e celulose vem auferindo. Além disso, mostra-se a participação crescente do setor no Estado da Bahia, destacando, em especial, as condições naturais extremamente favoráveis para o plantio de eucalipto.

No segundo capítulo, trata-se do desenvolvimento da atividade florestal e do setor de papel e celulose no Extremo Sul da Bahia. Nesse sentido, faz-se uma caracterização em termos históricos, sócio-econômicos e demográficos da região. Após isso, mostra-se como fatores institucionais associados a fatores naturais contribuíram, juntamente com o declínio da atividade madeireira nos anos 70, para a expansão da atividade florestal associada com a agroindústria de papel e celulose na região, caracterizando, em seguida, os dois empreendimentos do setor de papel e celulose no Extremo Sul: a Bahia Sul Celulose e a Veracel Celulose.

No terceiro capítulo, examina-se os impactos sobre a estrutura agrária no Extremo Sul decorrentes da implantação da indústria de papel e celulose, enfatizando as transformações operadas na estrutura agrária regional em função da crescente expansão de eucalipto liderada pelo setor de papel e celulose, destacando que a plantação de eucalipto em áreas passíveis de serem utilizadas pela agricultura familiar, acaba bloqueando a reprodução da mesma. Além disso, faz-se uma discussão acerca do programa de fomento florestal versus uma proposta para a agricultura familiar. Finalmente, a última parte apresenta a conclusão referente a este estudo.

## 2 A INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR

A indústria de papel e celulose é uma produtora de *commodities*, ou seja, de produtos homogêneos cujos preços são determinados em bolsas internacionais de mercadorias, oscilando segundo a conjuntura externa. Em função dessa dependência das oscilações da economia internacional, o mercado de papel e celulose costuma sofrer nas fases recessivas com redução da demanda, inclusive com o fechamento de fábricas ou cancelamento de projetos, bem como aproveitando as fases de crescimento.

Segundo a revista FAE BUSINESS (2001) a questão de flutuação entre oferta e demanda que provoca variações dos preços internacionais deve ser ponderada na tomada de decisões para novos investimentos uma vez que prejudica a rentabilidade do setor dado que o mesmo é caracterizado como intensivo em capital e necessita de um longo prazo para a consolidação dos investimentos. Os períodos de preços atrativos e de expansão da demanda estimulam a realização de novos investimentos. Assim, a maturação simultânea dos mesmos tende a provocar excesso de oferta, gerando oscilações nos preços internacionais e nos novos investimentos. Dessa forma, para Souza e Oliveira (2002) cria-se a necessidade, para a indústria, de adotar o *timing* e a coordenação desses investimentos, para tentar evitar essa simultaneidade.

As empresas do setor procuram desenvolver suas próprias vantagens e a principal delas é a redução dos custos de produção através da produção em larga escala, visando atender os mercados interno e externo. Em face disso, o setor se caracteriza pela presença de economias de escalas significativas. Dessa forma, para Carneiro:

Uma característica essencial é a concentração em grandes grupos empresariais, tanto no segmento de papel como nos de celulose. Esta concentração é um dos motivos que levam a uma redução da competição na indústria e, conseqüentemente, vem permitindo a expansão das empresas sem que haja conflito entre elas. Esta estrutura oligopolizada decorre das necessidades de grandes volumes de investimento, tanto para implantar como para consolidar a empresa. Muitas vezes, grandes grupos são formados via fusão ou incorporação (CARNEIRO, 1994, p.16).

Segundo Possas (1987) *apud* Carneiro (1994), este oligopólio pode ser classificado como homogêneo e concentrado, onde fica reduzido o espaço para a diferenciação do produto, dada a sua natureza essencialmente homogênea, à exceção do setor de papel, onde é possível uma diferenciação apenas em termos de características técnicas.

Assim, em função do grande volume de investimento necessário para sua implantação e consolidação é muito comum para tanto, incentivos fiscais, empréstimos de instituições e, sobretudo, repasses de recursos externos. No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia recursos de muitos empreendimentos do setor aqui instalados. Exemplo disto é o empreendimento da Veracel Celulose, em Eunápolis, Extremo Sul da Bahia que representa o maior investimento privado hoje no país: US\$ 1,25 bilhão (RESULTADO... 2005). Parte está sendo financiado pelo BNDES e pelos organismos financeiros internacionais European Investment Bank (EIB) e Nordik Investment Bank (NIB).

No tocante ao processo de produção, a indústria se caracteriza pela implantação de vastas monoculturas de espécies exóticas, notadamente, de eucalipto e pinus, para obter sua principal matéria-prima, a madeira. As atividades do setor iniciam-se na exploração da base florestal e estendem-se através da produção de celulose ou pastas, a partir das quais são fabricados os vários tipos de papel. Trata-se, normalmente, de grandes unidades industriais localizadas nas mesmas áreas onde a madeira é colhida, isto é, perto de florestas ou plantações de monoculturas de árvores, onde se facilite o transporte de troncos, barateando assim os custos com o transporte. Em função disso, boa parte das empresas do setor são verticalizadas, isto é, produzem a própria matéria-prima, possuindo reservas florestais, de onde extraem sua matéria-prima.

Conforme Souza e Oliveira (2002) a cadeia produtiva do setor de papel e celulose compreende as seguintes etapas: produção de madeira, energia, celulose, papel, conversão em artefatos de papel e papelão, reciclagem de papel, produção gráfica e editorial, além das atividades de transporte, distribuição e comércio. Os produtos ofertados dividem-se, basicamente, em quatro tipos de usos finais: papéis para uso gráfico (papéis para imprimir e escrever), papéis para embalagem, papéis e celulose para fins sanitários e especialidades. “Esses produtos atendem a diversas necessidades

da sociedade, como educação, saúde, embalagens de bens de consumo, dentre outros”, (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p.65).

A classificação das empresas do setor se dá em três níveis: as que produzem apenas celulose; as que são integradas verticalmente, ou seja, produzem celulose e papel, subdivididas em duas subcategorias, isto é, integradas fibra longa (coníferas) e integradas de fibra curta (folhosas) e por último, as empresas não-integradas, que produzem somente papel, adquirindo celulose via produção de outras empresas. No Brasil, “as grandes empresas produtoras e exportadoras brasileiras são integradas, extraíndo sua matéria-prima de reservas florestais próprias, notadamente de eucalipto, que lidera a produção e venda do País”, (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p. 74).

## 2.2 SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

O desenvolvimento da indústria brasileira de papel e celulose foi, em grande parte, apoiado por incentivos fiscais e creditícios que, desde sempre, tiveram como objetivo torná-la competitiva no mercado mundial.

As primeiras fábricas de papel no Brasil surgiram na metade do século XIX e ganham notável impulso com a expansão da economia cafeeira. Dentro desse contexto, é importante destacar que o capital e o empresariado da indústria de papel têm suas raízes nas atividades de importação e comércio de papéis realizados por imigrantes. Segundo Hilgemberg e Bacha (2001) as principais empresas iniciaram suas atividades a partir da comercialização de papel importado, passando por atividades gráficas até evoluírem para a fabricação de papel. Pouco antes de 1925, foram instaladas as primeiras 22 máquinas para produzir papel no Brasil, sendo distribuídas entre os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, distribuição esta feita naturalmente em função do mercado consumidor.

Com o *crash* de 1929, vários setores foram afetados, entre eles a indústria de papel, uma vez que grande parte da economia brasileira dependia do desempenho do café (principal gerador de divisas nessa época), o qual teve devastadores efeitos em seu preço em função da crise. Diante disto e das enormes dificuldades financeiras atravessadas por muitas empresas, “o governo proibiu – até 1937 – a importação de

máquinas para a instalação de novas fábricas de papel e criou um fundo especial para socorrer as empresas em dificuldades” (HILGEMBERG; BACHA, 2001, p.147). A consequência deste fato foi a concentração de capacidade de produção nas maiores empresas existentes. Além disso, as dificuldades no balanço de pagamentos e o aumento no preço da celulose importada, causada pela desvalorização da moeda nacional, fizeram aparecer o desenho para o surgimento de um segmento nacional que produzisse pastas no país.

Assim, no início da década de 30, o Estado concede isenção de impostos de importação e taxas alfandegárias às máquinas e a todos os insumos necessários para as empresas organizadas com o intuito de produzir celulose. Neste sentido, para Hilgemberg e Bacha:

As fábricas de papel obedeceram à lógica geral do modelo de substituição de importações, sendo criadas para atender a faixas de demanda que não podiam ser atendidas por importações – caso dos papéis de qualidade inferior, destinados a embrulhos e embalagens simples – e para fabricar papéis que, embora passíveis de importação, pressionavam de modo negativo o saldo da balança comercial, tais como os papéis de imprimir e escrever (HILGEMBERG; BACHA, 2001, p. 147).

Dessa forma, num momento posterior, quando a produção nacional de papéis passa a demandar uma maior quantidade de celulose é que se justifica a instalação de fábricas, conseqüentemente, começam a surgir as primeiras unidades, próximas aos locais onde havia a matéria-prima, dando origem, assim, ao processo de integração vertical na indústria brasileira, com o uso de celulose produzida no próprio país. Segundo Souza e Oliveira (2002) a primeira fábrica de papel que também produzia celulose semibranqueada começou a ser implantada pelo grupo Klabin, em 1934, dando origem, como já dito anteriormente, ao processo de integração vertical dessa indústria no Brasil.

Conforme observa Carneiro (1994), a instalação da indústria de papel e celulose deu-se inicialmente com a implantação de empresas produtoras de papel durante a fase de industrialização via substituição de importações, que se verificou a partir da década de 30, pois antes disso o país importava todo o papel que era consumido internamente. Posteriormente, demonstrada a existência de uma demanda interna que viabilizava a instalação de fábricas, foram montadas pequenas unidades, abastecidas, porém com celulose importada.

O resultado disso é que, em 1950, o país conquistava, praticamente, a auto-suficiência em produção de papel, entretanto importava mais de 70% da celulose de que necessitava. Neste período, prioriza-se a partir do Plano de Metas do governo de JK o desenvolvimento dessa indústria no Brasil, surgindo as primeiras unidades produtoras de celulose na segunda metade dos anos 50, “sendo implantado o primeiro programa governamental de investimentos especialmente para o setor” (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p.74). Tal plano fixava, dentre outras coisas, a auto-suficiência do Brasil na produção de celulose, uma vez que “a grande ampliação da capacidade instalada interna para produção de celulose estava associada à perspectiva da integração gradativa desta indústria com a de papel, que se encontrava já consolidada no mercado” (JORGE, 1992, *apud* ROCHA, 2002, p. 5).

De acordo com Jorge (1992) *apud* Rocha (2002), neste período, o país tornou-se praticamente auto-suficiente no consumo de celulose, tendo início o processo de consolidação do eucalipto como principal fonte de fibras. Em 1956, a produção brasileira de celulose de fibra curta (por toneladas) teve um substancial aumento com relação ao ano de 1950. Para Hilgemberg e Bacha (2001), este aumento de produção baseou-se fundamentalmente no eucalipto e, em 1961, foi produzido no Brasil, pela primeira vez no mundo, o primeiro papel feito integralmente com celulose de fibra curta.

Nos anos 60, tem início o forte apoio do BNDES ao setor de papel e celulose, no qual a partir da segunda metade dessa década há uma mudança de atitude desta instituição em relação ao mesmo haja vista que até meados desse período o Banco priorizava o setor de transportes e a geração de energia elétrica. Esta mudança de postura, talvez, seja por causa da percepção do Banco com relação à indústria brasileira de papel e celulose que já estava se consolidando, uma vez que, além dos fatores já expostos anteriormente, surgiram, nesse período, os primeiros excedentes exportáveis. Além disso, o país já produzia mais de 70% de seu consumo aparente de celulose, baseado, fundamentalmente, na produção de celulose de fibra curta, continuando, porém, deficitário na produção de celulose de fibra longa. Segundo Hilgemberg e Bacha (2001), em 1961, quatro empresas produziam exclusivamente para o mercado: Champion, Cambará, Celulose Brasileira e Sacraft.

Exemplo deste fato, é que, nesta época, a política de financiamento do Banco teve uma grande influência sobre um estudo encomendado pelos produtores de papel, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento do setor que como já dito, anteriormente, já se consolidara. O resultado deste trabalho trouxe conseqüências positivas, pois serviu de “alerta” para o Banco sobre a necessidade de estabelecer critérios operacionais com relação à dimensão das novas fábricas e ampliação das já existentes a serem apoiadas pelo BNDES.

Assim, como já existiam fábricas que geravam excedentes exportáveis, essa postura do Banco apontava a necessidade de se realizar novos investimentos direcionados à implantação de fábricas de celulose que fossem capazes de atingir enormes escalas de produção voltadas para tal fim, isto é, gerar excedentes exportáveis. Portanto, pode-se dizer que tal postura do BNDES já refletia o objetivo do mesmo, ou seja, a atenção se direcionaria ao segmento exportador, portanto a meta do Banco era que a maior da produção de celulose fosse voltada para o mercado externo em detrimento do mercado interno.

Em relação a este fato, conforme observa Rocha:

Nos anos do Milagre Econômico, o setor de papel e celulose recebeu fortes estímulos financeiros governamentais para produzir em larga escala visando garantir a auto-suficiência e o mercado exterior. Assim, devida a iminência da escassez de madeira nas regiões Sul e Sudeste, nas quais encontravam-se os principais empreendimentos industriais, inicia-se o reflorestamento de outras regiões objetivando garantir o fornecimento de matéria-prima para a indústria de papel e celulose (ROCHA, 2002, p. 5).

Dentro desse contexto, no ano de 1967, o Conselho de Administração do BNDES, por meio da resolução 276 decide conceder prioridades aos projetos de implantação ou ampliação de capacidade instalada para produção de papel e celulose. Além de tal, duas medidas de política governamentais influenciaram substancialmente o segmento de papel e celulose na segunda metade da década de 60. São elas: o Decreto Lei 5106/66 e a Decisão 196/68 do BNDES.

A primeira medida tinha como objetivo viabilizar a implantação de maciços florestais pelas empresas e, assim, cumprir as determinações do Código Florestal de 1965. Tal decreto regulamentou os incentivos fiscais, previstos no Código Florestal de 1965,



destinados, sobretudo, a gerar recursos para investimentos em reflorestamentos. O resultado disso foi um grande aumento da área reflorestada nos anos posteriores.

Por outro lado, a Decisão 196/68 do BNDES estabeleceu que os incentivos financeiros do Banco teriam como destino projetos que obedecessem a determinadas escalas mínimas de produção. No caso da celulose, era cerca de 100t/dia. Além disso, o Banco exigia que as empresas demonstrassem a capacidade de suprir a si próprias com, no mínimo, metade das suas necessidades de matéria-prima (madeira). Com a proposta de que só apoiaria projetos de celulose com capacidade superior a 100t/dia, o Banco estava adotando uma ação inovadora e pioneira, isto é, evitar desperdícios de matérias-primas e energia, em outras palavras reduzir custos visando obter maior eficiência no processo produtivo.

Assim, tais medidas foram responsáveis pela criação do que se transformaria no segmento exportador de celulose de mercado. Segundo Hilgemberg e Bacha (2001) baseado em informações do BNDES, a dimensão do projeto (superior a 100t/dia) mostrava, em primeiro lugar, que o mercado mundial passava a apostar na evolução futura do mercado de fibra curta de eucalipto e, em segundo lugar, evidenciava a necessidade de apropriação das economias de escala como fonte principal da competitividade mundial. A partir de 1968, em função da prioridade dada pelo Banco aos projetos no setor de papel e celulose, todos os grupos líderes tiveram financiamentos do mesmo.

Porém, o grande impulso dessa indústria deu-se na década de 70 no Governo Geisel (1974-79), surgindo o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e inserido em sua estratégia foi elaborado o I Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC), em 1974, cujos objetivos eram tornar o país auto-suficiente tanto na produção de papel quanto em celulose, prevendo, para esta última, a geração de excedentes em escala para exportação, além de garantir o suprimento do mercado interno de celulose. Portanto, o programa visava explorar tanto o mercado externo quanto o interno.

Conforme destaca Rocha (2002), o programa para tornar-se exeqüível pretendia reflorestar uma área de 4 milhões de hectares, haja vista que é ligada às metas de exportação propostas a criação de distritos florestais, e nesse ponto o PNPC é bastante

explícito. Segundo dados de Segmentos agroindustriais... (1976) trata-se de viabilizar a exportação de celulose em larga escala e para isso há que se expandir a área plantada com florestas homogêneas para além dos programas normais de reflorestamento voltado para o mercado interno.

Ao se comparar os dados de exportação/importação com os de produção (tabelas 1 e 2) evidencia-se, em termos globais, uma participação relativamente modesta do mercado externo, tanto como supridor quanto como consumidor na primeira metade da década de 70.

**Tabela 1 - Produção, importação e exportação de papel em 1000t, Brasil, 1971 a 1975**

<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Importação</b>	<b>Exportação</b>
1971	1238	216	4
1972	1345	264	10
1973	1588	347	43
1974	1853	467	31
1975	1688	204	13

Fonte: Segmentos Agroindustriais (1976) *apud* APFPC

Entretanto, cabe assinalar que o setor, em especial, a produção de celulose cresceu de forma significativa em apenas cinco anos, registrando esta última uma taxa de crescimento de 5.309,09% neste período. Em relação ao comércio exterior, este também obteve um impacto expressivo tanto na exportação de papel como de celulose, dado que as exportações de papel registraram um crescimento de 225% e as de celulose 560,87%. No que tange às importações, evidencia-se, neste período, uma queda nas importações de papel (-5,56%) e um crescimento nas importações de celulose (15,94%).

**Tabela 2 - Produção, importação e exportação de celulose em 1000t, Brasil, 1971 a 1975**

<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Importação</b>	<b>Exportação</b>
1971	22	69	23
1972	898	166	134
1973	972	122	189
1974	1130	174	131
1975	1190	80	152

Fonte: Segmentos Agroindustriais (1976) *apud* APFPC

Assim, com o objetivo de fortalecer a inserção ou de estimular o crescimento desta, novamente o Governo, por meio do BNDES, desempenhou um importante papel na execução de investimentos no setor, proporcionando uma série de vantagens para as empresas do setor de papel e celulose, tais como crédito subsidiado de longo prazo, auxílio à capitalização das empresas privadas nacionais por intermédio de programas especiais e participação direta no capital das empresas. Neste sentido, as empresas líderes receberam financiamento direto subsidiado, participação acionária da FIBASE, posteriormente BNDES Participações (BNDESPAR), em até 50% do capital, crédito para financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME) para aquisição de equipamentos fabricados no país e aval para importações de equipamentos, além de financiamentos a acionistas.

De certo modo, além das metas fixadas pelo plano, é importante destacar a existência, no tocante tanto à produção de papel quanto de celulose, de projetos aprovados e intenções de investimento que avançam até meados da década de 80, mostrando desse modo que as perspectivas do setor eram de manter sua expansão e pensar na ampliação do parque produtivo para além de uma perspectiva de curto e médio prazo. Para tanto, em função de problemas ou mudanças que podiam ocorrer, tornar-se-ia necessário, sobretudo, um planejamento rigoroso que associasse planos de implantação a fontes supridoras de matéria-prima, além disso, ajustes das metas propostas às diversas mudanças que podiam ocorrer, como dito anteriormente, para que elas não ficassem apenas no papel.

Desse modo, previa-se a instalação de treze grandes plantas até 1980, “baseando-se num modelo tripartite com igual participação do Estado, capital privado nacional e capital privado estrangeiro”, (HILGEMBERG; BACHA, 2001, p.153). Entretanto, nem todos os projetos chegaram a ser instalados, cabendo ao Estado a responsabilidade de maior parte do investimento.

Em 1978, inicia as suas operações aquela que, mais tarde, viria a ser a maior empresa brasileira produtora e exportadora de celulose de fibra curta de eucalipto, qual seja: a Aracruz Celulose no Espírito Santo. A sua capacidade de produção já representava, nessa época, segundo Hilgemberg e Bacha (2001), 25% da capacidade nacional de produção de celulose de fibra curta.

A partir dos anos 1980, o setor nacional de papel e celulose alcança sua maturidade, já atuando com equipamentos modernos, compatíveis com a tecnologia internacional e com plantas integradas com a produção florestal. Nesta época, a indústria brasileira já era auto-suficiente na produção de matéria-prima florestal plantada. É importante salientar que, ainda nesse período, foi lançado o II PNPC, dessa vez, por iniciativa dos produtores e não do governo, ao contrário do I PNPC (1974), e com financiamento do BNDES, o que para Souza e Oliveira (2002) foi imprescindível para a consolidação dos grandes empreendimentos do setor no Brasil.

De acordo com o BNDES (1996), nesses anos aconteceram a profissionalização dos quadros, a abertura de capital das empresas líderes e a conquista do mercado internacional, principalmente para celulose de eucalipto e papéis de imprimir e escrever.

Apesar da crise econômica sob a qual foi marcado esse período - conhecido como a “Década Perdida” - o BNDES continuou a financiar investimentos no setor florestal, tanto que na segunda metade da década iniciou-se um novo ciclo de investimentos em modernização do parque industrial e ampliação da capacidade produtiva das empresas. Esse ciclo de investimentos previsto pelo II PNPC era de cerca de US\$ 9,6 bilhões para o período de 1987 a 1995, dos quais 2/3 direcionavam-se para a ampliação da produção de celulose. Sendo assim, vale destacar que o objetivo principal do II PNPC era obter linhas de financiamento de longo prazo via, BNDES, para viabilizar essa nova fase de

investimentos para o setor. Dentro desse programa, a capacidade da Aracruz Celulose foi duplicada, além disso, surgiu o projeto da Bahia Sul, em Eunápolis, no Extremo Sul da Bahia, em que o BNDES participa com capital de risco, a qual mais tarde viria a ser uma das maiores produtoras e exportadoras de celulose no Brasil.

Em suma, Carneiro (1994) resume adequadamente que o desenvolvimento desse setor no Brasil se deu em quatro fases distintas: i) a implantação, até 1956; ii) a consolidação, de 1956 a 1970; iii) o salto qualitativo da década de 70; iv) a maturidade, a partir de 1980.

### 2.3 EVOLUÇÃO RECENTE

Nos últimos anos, o setor de papel e celulose tem contribuído de forma bastante significativa para o crescimento econômico do Brasil. Exemplos disso são os elevados superávits comerciais registrados pelo setor bem como o aumento na capacidade produtiva, além dos investimentos realizados, fazendo com que a indústria brasileira de papel e celulose atraísse os “olhares do mundo” quando se leva em conta que o país possui vantagens competitivas e menor custo. No *ranking* mundial, o Brasil é, atualmente, o sétimo maior produtor de celulose de todos os tipos e primeiro lugar na produção e exportação de celulose fibra curta de eucalipto, e na produção de papel é o décimo-primeiro maior produtor.

Nos anos 90, o setor de papel e celulose no Brasil passa por um processo de modernização para fazer frente à competição internacional, uma vez que a abertura comercial brasileira provocou o rompimento de uma política industrial protecionista, resultando na exposição das empresas brasileiras a essa acirrada competição. Com isso, criou-se a necessidade de desenvolver estratégias de atualização tecnológica, melhoria da qualidade e eficiência na capacidade de produção, cumprindo, sobretudo, especificações dos produtos e processos, principalmente, no concernente à qualidade ambiental e ao aumento da interação com os clientes.

Segundo Juvenal e Mattos (2001) também nesse período amadureceu a parceria do BNDES com o setor de papel e celulose. Neste sentido, as políticas positivas de estímulo ao crescimento da produção e à adoção de práticas empresariais compatíveis

com as exigências sociais e mercadológicas deram lugar às inovações financeiras e ao desenvolvimento de mecanismos que permitissem ao setor enfrentar a competição em “pé” de igualdade.

Os resultados da evolução recente do setor no Brasil, dado os fatores explicitados anteriormente, entre outros, podem ser avaliados a partir de vários indicadores. O balanço de oferta e demanda do setor (tabelas 3 e 4) ilustra a situação ao longo dos anos 90.

**Tabela 3 - Oferta versus demanda de celulose e pastas de alto rendimento  
(em milhões de toneladas), Brasil, 1993 a 1999**

	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
Produção	5.471	5.829	5.936	6.201	6.331	6.687	7.209
Importação	105	109	165	222	279	314	345
Exportação	2.404	2.054	1.951	2.160	2.385	2.700	3.014
Consumo aparente	3.172	3.884	4.150	4.263	4.225	4.301,5	4.540

Fonte: Adaptada de Juvenal e Mattos (2001) *apud* Bracelpa

Em 1999, a produção de celulose e pastas de mercado representou 51% do total fabricado no país, sendo que, desse total, somente a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto representou cerca de 95% da produção de celulose e pastas de mercado (alto rendimento). Em face disto, conforme destacam Souza e Oliveira (2002) a indústria de papel e celulose é especializada, sobretudo, na produção e exportação de celulose branqueada de fibra curta, que tem como matéria-prima o eucalipto. A produção nacional de fibra longa, por sua vez, destina-se basicamente ao mercado interno.

**Tabela 4 - Oferta versus demanda de papel, Brasil, 1993 a 1999**

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Produção*	5.301	5.653	5.798	6.169	6.518	6.589	6.953
Importação*	307	480	751	926	978	1.153	947
Exportação*	1.424	1.530	1.229	1.234	1.329	1.968	2.086
Consumo aparente*	4.184	4.603	5.320	4.861	6.167	5.774	5.814
Consumo per capita**	27,7	30,1	34,3	37,2	38,6	38,8	38,9

\* Em milhões de toneladas

\*\* Em quilos

Fonte: Adaptada de Juvenal e Mattos (2001) *apud* Bracelpa

Durante esse período, a produção do setor cresceu como um todo de forma surpreendente. A produção de papel cresceu 31,16%, enquanto que a de celulose e pastas elevou-se em 31,77%. Entre os principais fatores para tal incremento pode-se destacar a implantação de novas fábricas e a ampliação da capacidade produtiva das empresas existentes. Nesse contexto, o Brasil evoluiu ainda da décima para a oitava posição entre os maiores consumidores de fibras virgens, com 2,5% do volume global consumido, sendo também o sétimo maior produtor de celulose, contribuindo com 4% do total produzido no mundo.

Em 1999, o consumo aparente de celulose e pastas de alto rendimento foi de 4.540 milhões de toneladas, apresentando um aumento de 43,13% em relação a 1993 (3.172 milhões de toneladas). O consumo aparente de papel, nesse mesmo período, foi de 5.814 milhões de toneladas, em relação a 1993 (4.184 milhões de toneladas) apresentou um crescimento de 38,96%. Um dos principais motivos para esse incremento foi a estabilidade econômica que provocou uma redução dos preços, entre outros aspectos, proporcionada pelo Plano Real.

Por outro lado, “o consumo *per capita* brasileiro de papel é um dos mais baixos do mundo” (BRACELPA, 2006, p.3). Enquanto nos países concorrentes do Brasil (países desenvolvidos) os níveis observados de consumo *per capita* estão acima de 100 Kg/hab./ano, caso dos EUA – principal consumidor mundial de papéis, participando com cerca de 30% no consumo mundial em 1999 – no Brasil os níveis observados, nesse período, estiveram ainda muito distante desses outros países, oscilando entre 27,7 e 38,9 quilos. Segundo Souza e Oliveira (2001) em 1999, o país participou com apenas

2% no total consumido no mundo em 1999, lhe rendendo apenas a décima-primeira posição mundial em consumo de papel.

De acordo com informações do BNDES (1996) o consumo de papel está diretamente correlacionado ao aumento da renda (crescimento econômico), apresentando no Brasil, em média, elasticidade-renda de 1,2 em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), isto é, um aumento de R\$ 1,00 na renda, aumenta em R\$ 1,20 o consumo de papéis. Nesse sentido, no Brasil onde o consumo *per capita* é muito baixo, uma pequena melhoria na distribuição de renda alavanca em muito o consumo de papel. Exemplo dessa relação são as elevadas taxas de crescimento registradas a cada plano econômico. Neste período, inclusive, houve saltos em 1994 e 1995, onde as taxas de crescimento registraram, respectivamente, 14% e 18%. Além da renda, o nível de escolaridade é também um fator exógeno muito importante para o aumento do consumo, haja vista que influencia substancialmente o nível de renda. Dessa forma, “quanto maior a renda e o nível de escolaridade, maior será o consumo de livros, cadernos, papéis de imprimir e escrever, e papéis para fins sanitários” (REVISTA FAE BUSINESS, 2001, p.44).

No comércio internacional, o Brasil, caracteriza-se como principal exportador mundial de celulose de fibra curta de eucalipto, liderando também a produção mundial, como já destacado anteriormente, sendo expressiva a sua participação nessa categoria, superando em muito alguns concorrentes como Portugal e Espanha.

Os principais destinos das exportações brasileiras, nos anos 90, foram segundo Souza e Oliveira (2002) a Europa (41%), Ásia (30%) e América do Norte (28%) em termos regionais. Por outro lado, em termos de países, os Países Baixos (Bélgica e Luxemburgo), apesar de não serem grandes importadores em termos mundiais, são um mercado bastante importante para o Brasil, dado que em 1999, responderam por um percentual de aproximadamente 14% no total exportado pelo Brasil, ficando atrás apenas dos EUA (principal destinos das exportações brasileiras do setor) que registrou nesse ano uma participação de aproximadamente 26% no total exportado pelo Brasil.

De fato, conforme observam Hilgemberg e Bacha (2001) juntando-se a eles, EUA e Japão, mais de 50% das exportações brasileiras de celulose ao longo dos anos 90 foram destinadas a estes países, superando outros mercados importantes, tais como Itália,



França e Alemanha que absorveram algo em torno de 15% das exportações de celulose do Brasil.

No tocante às importações brasileiras de celulose, estas se compõem basicamente de celulose fibra longa branqueada que, em 1999, “representaram 90% do total importado, tendo como origens principais os EUA (44%), Argentina (32%) e Canadá (6%)” (BNDES, 2001 *apud* SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p.77). Nessa categoria de celulose, a produção é feita, na sua maioria, por companhias integradas, destinando-se basicamente para o mercado interno.

Quanto à produção nacional de papéis - caracterizada pela concentração de empresas, localizadas próximas das unidades produtoras de celulose a fim de reduzir custos – diferentemente da produção de celulose, a maior parte destina-se ao mercado interno e, ainda assim, o Brasil importa um montante significativo de papel nas categorias imprensa e de imprimir e escrever, exportando, por outro lado, papéis para embalagem e imprimir e escrever. Em 1999, a importação de papel foi de 947 milhões de toneladas, apresentando um aumento de aproximadamente 208,47% em relação a 1993 (307 milhões de t). A exportação de papel nesse mesmo ano foi de 2.086 milhões de toneladas, registrando assim uma variação de aproximadamente 46,49% em relação a 1993 (1.424 milhões de t). Sendo assim, apesar do crescimento de ambos, a importação de papel cresceu mais que a exportação.

Atualmente, a indústria brasileira de papel e celulose é especializada principalmente na produção e exportação de celulose sulfato (*Kraft*) branqueada de fibra curta oriunda do eucalipto como principal fonte de matéria-prima. O método *Kraft* segundo Souza e Oliveira:

É um tipo de processo químico de branqueamento de celulose amplamente adotado no Brasil em relação a outros métodos tais como o semiquímico, o químico – termomecânico, o termomecânico e o mecânico, que são adotados segundo o tipo de pasta que se deseja obter (SOUZA; OLIVEIRA, 2001, p.22).

A tabela 5, mostra a especialização do Brasil na produção de celulose de fibra curta branqueada, que em 2004, representou cerca de 76% do total produzido e continuou com a mesma participação nos primeiros nove meses de 2005.

**Tabela 5 - Produção brasileira de pastas celulósicas (em toneladas)**

<b>Celulose</b>	<b>2004</b>	<b>Jan-Set/2004</b>	<b>Jan-Set/2005</b>
<b>Fibra Longa</b>	1.537.586	1.144.244	1.149.565
Branqueada	96.787	70.781	66.745
Não-Branqueada	1.440.799	1.073.463	1.082.820
<b>Fibra Curta</b>	7.612.426	5.621.616	5.961.688
Branqueada	7.311.794	5.398.695	5.729.723
Não-Branqueada	300.632	222.921	231.965
<b>P.A.R (pastas de alto rendimento)</b>	470.131	348.765	367.986
<b>Total</b>	9.620.143	7.114.625	7.479.239

Fonte: Bracelpa (2005)

Na produção nacional de papéis, os destinados à confecção de embalagem (papel de embalagem) representaram aproximadamente 49% do total produzido em 2004 e em segundo lugar destacaram-se os papéis para imprimir e escrever com aproximadamente 28%, e nos primeiros nove meses de 2005 continuaram com as mesmas participações e posições, segundo ilustra a tabela 6.

**Tabela 6 - Produção brasileira de papel (em toneladas)**

<b>Papel</b>	<b>2004</b>	<b>Jan-Set/2004</b>	<b>Jan-Set/2005</b>
Papel de Imprensa	133.120	98.593	96.433
Imprimir e escrever	2.364.565	1.766.380	1.795.753
Papel de Embalagem	4.140.713	3.076.000	3.155.794
Para Fins Sanitários	732.443	543.462	583.854
Papel Cartão	561.486	423.282	429.986
Cartolinas	59.488	45.594	42.541
Outros	460.596	343.377	344.035
<b>Total</b>	8.452.411	6.296.688	6.448.396

Fonte: Bracelpa (2005)

Segundo dados da BRACELPA (2006), atualmente, o setor brasileiro de papel e celulose é composto por 220 empresas localizadas em 450 municípios, em 16 Estados, sendo que 35 empresas são exportadoras habituais, ocupando, como já dito no início da

seção, a sétima posição mundial na produção de celulose de todos os tipos e a 11º na produção de papéis de todos os tipos (tabela 7). Estas posições têm oscilado, no entanto, pouco bruscamente, pela própria característica do setor intensivo em capital e de longo prazo de maturação dos investimento.

**Tabela 7 - Maiores Produtores Mundiais de Celulose e Papel (Em 1.000 t)**

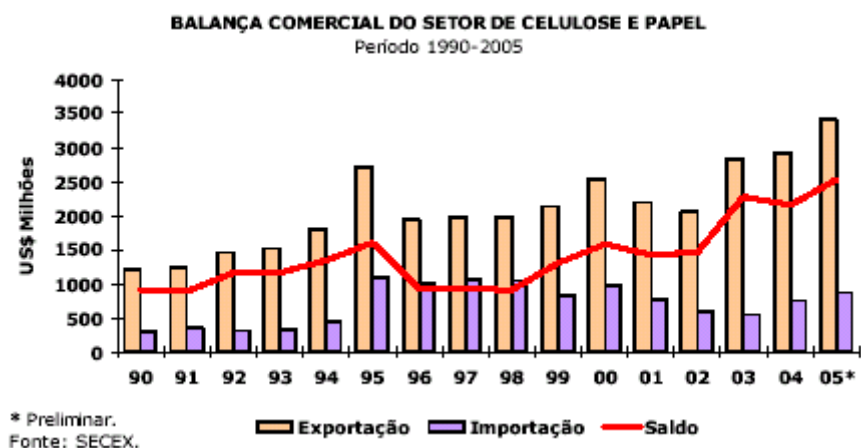
<b>Produção – 2005 (preliminar)</b>			
<b>Papel</b>		<b>Celulose</b>	
1. EUA	83.401	1. EUA	53.585
2. China	49.500	2. Canadá	26.406
3. Japão	30.889	3. China	14.180
4. Canadá	20.461	4. Finlândia	12.619
5. Alemanha	20.392	5. Suécia	12.106
6. Finlândia	14.036	6. Japão	10.720
7. Suécia	11.589	<b>7. Brasil</b>	<b>10.126</b>
8. Coreia	10.511		
9. França	10.249		
10. Itália	9.665		
<b>11. Brasil</b>	<b>8.598</b>		

Fonte: Bracelpa (2006) *apud* PPI

Em 2005, de acordo com dados da BRACELPA (2006) a produção brasileira de celulose alcançou 10,1 milhões de toneladas e de papel 8,6 milhões de toneladas, representando assim, um aumento de 5,3% e 1,7%, respectivamente, em relação a 2004. No concernente ao consumo aparente nacional de papel, em 2005, foi de 7,3 milhões de toneladas, com um consumo *per capita* de 39,5 kg/hab./ano.

No tocante ao comércio exterior, a balança comercial brasileira de papel e celulose vem alcançando elevados saldos superavitários desde meados dos anos 90 (Gráfico 1). Nos anos mais recentes, por exemplo, em 2004, as exportações do setor atingiram US\$ 2.909 milhões, e em 2005, registrou US\$ 3.405 milhões, apresentando uma variação de 17,1 % em relação a 2004. As importações nacionais do setor, no mesmo período, alcançaram US\$ 758 milhões e em 2005 foi de US\$ 864 milhões, registrando assim uma variação de 14,0% em relação a 2004. O saldo superavitário da balança comercial

do setor em 2005 foi de US\$ 2.541 milhões o que significa uma variação de 18,1 % em relação a 2004.



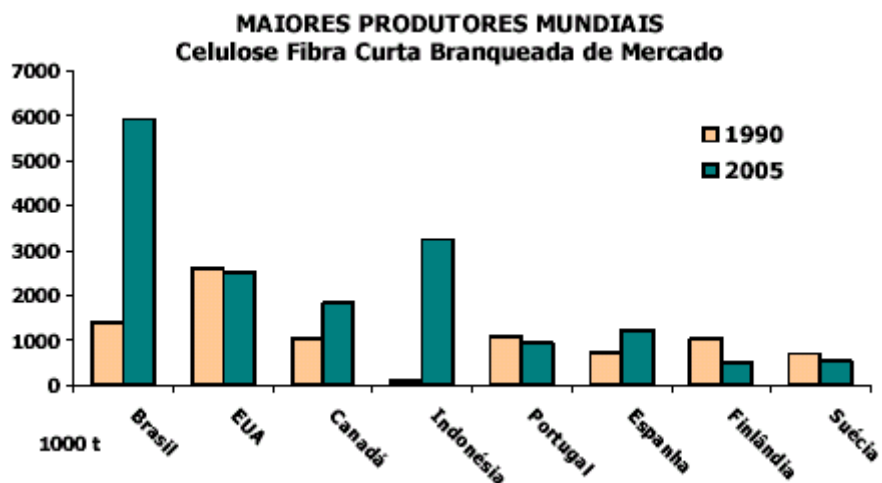
**Gráfico 1 – Balança Comercial do Setor de Celulose e Papel**

Fonte: Bracelpa (2006) *apud* SECEX

Dentre outros motivos para o sucesso do setor de papel e celulose no país, destacam-se as suas vantagens de custo, sendo que a principal vantagem competitiva se refere ao menor tempo de maturação do eucalipto que no Brasil está em torno de sete anos, proporcionando à nação um rendimento florestal superior ao conseguido internacionalmente. Enquanto isso, em países da União Européia o tempo de maturação do eucalipto situa-se em torno de vinte e cinco anos e nos países escandinavos como a Suécia, por exemplo, se leva em média setenta anos para a produção da madeira do eucalipto. Assim, o Brasil tem a vantagem de apresentar melhor produtividade, “aqui é possível retirar 40 metros cúbicos (índice médio) de eucalipto por hectare, cerca de oito vezes mais que alguns países escandinavos” (GOLDBERG, 2005, p.25). Isto se deve às condições naturais favoráveis como clima quente e úmido, chuvas bem distribuídas durante o ano em algumas regiões, condições do solo que favorecem à mecanização, além de tecnologias de plantio, fazendo do Brasil um potencial celeiro para plantação de florestas de eucalipto.

Nos últimos anos, os investimentos realizados pelo setor permitiram a melhoria ambiental, a racionalização industrial das empresas brasileiras do setor, além de proporcionar o desenvolvimento em tecnologia de processos e produtos de maior valor agregado (papel). A consequência deste fato foi o alcance de padrões internacionais de

qualidade de produtos, produtividade e proteção ao meio ambiente, seja na atividade florestal quanto na industrial, cada vez mais restritos e exigentes, gerando assim a possibilidade de se criar produtos diferenciados que têm como exigência o desenvolvimento e absorção de tecnologia e esforços de capacitação tecnológica. Além disso, os investimentos na ampliação da capacidade produtiva e instalação de novas empresas, nos últimos dez anos, permitiram que o Brasil se tornasse o maior produtor mundial de celulose fibra curta branqueada de mercado (tendo o eucalipto como principal matéria-prima), superando, nessa categoria de celulose, até mesmo os Estados Unidos que, como já foi visto, é o maior produtor mundial de celulose de todos os tipos (Gráfico 2).



**Gráfico 2 – Maiores Produtores Mundiais de Celulose Fibra Curta**

Fonte: Bracelpa (2006)

Dessa forma, essa nova safra de investimentos está trazendo mais impulsos ao setor que, nesse período de dez anos, investiu US\$ 12 bilhões para elevar sua capacidade produtiva, possibilitando o setor quase que triplicar suas exportações, passando de US\$ 1 bilhão em 1990 para US\$ 2,9 bilhões em 2004. Diante desse contexto, conforme relato da BRACELPA:

O setor de papel e celulose apresentou ao presidente Lula e seus ministros, o seu Programa de Investimento para o período 2003 a 2012, no valor de US\$ 14,4 bilhões, a fim de ampliar sua capacidade produtiva e assim aumentar suas exportações e criar novas oportunidades de trabalho (BRACELPA, 2005, p. 6).

Segundo informações de Goldberg (2005) os investimentos têm por objetivo elevar, até 2012, a área reflorestada de 1,5 milhão de hectares, em 2003, para 2,6 milhões de hectares. A produção de celulose, que em 2003 era de 9,1 milhões de toneladas, aumentará para 14,5 milhões de toneladas, enquanto que o volume produzido de papel saltará para 13,4 milhões de toneladas, um aumento de 72% em relação a 2003. Com isso, as exportações de celulose terão um acréscimo de 64%, registrando 7,4 milhões de toneladas e as de papel chegarão a 2,0 milhões de toneladas, variando 18% em relação a 2003. As receitas com as exportações de celulose e papel estimadas em US\$ 4,3 bilhões para 2012 representa 54% acima de 2003.

#### 2.4 PARTICIPAÇÃO DO SETOR NO ESTADO DA BAHIA

O Estado da Bahia, em particular o Extremo Sul, apresenta perspectivas favoráveis para a atração de empreendimentos do setor de papel e celulose, pois é dotada de condições naturais excelentes para o cultivo do eucalipto e de terras, a custos competitivos, quando comparados com outras regiões do país, podendo mesmo vir a tornar-se uma nova fronteira econômica para o desenvolvimento de projetos de papel e celulose.

Nesse sentido, este segmento vem ganhando importância econômica crescente na Bahia, uma vez que dada a abundância de seus recursos florestais e de suas potencialidades naturais, entre outras vantagens, o setor baiano de papel e celulose tem um grande potencial de crescimento. As empresas do setor estão localizadas principalmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no Recôncavo e no Extremo Sul (Quadro 1). Esta última região, como dito anteriormente, conta com condições naturais extremamente favoráveis à atividade industrial e, sobretudo, ao plantio do eucalipto, contribuindo assim decisivamente para a instalação do centro produtor de papel e celulose na região.

De acordo com Souza e Oliveira (2002) os novos investimentos, distribuídos na implantação de novas unidades, na ampliação da capacidade produtiva das empresas existentes e na ampliação das áreas plantadas de eucalipto têm proporcionado à Bahia um maior desenvolvimento econômico, podendo-se afirmar que o novo Pólo de Papel e Celulose faz parte do processo de diversificação produtiva do Estado. Tais investimentos, previstos para se consolidar até 2006, vêm sendo feitos principalmente

pela Bahia Sul Celulose, no município de Mucuri; Aracruz Celulose, em Nova Viçosa; – apesar da importância não possui uma unidade produtora de papel na Bahia, sendo localizada no Espírito Santo – a Bahia Pulp, em Camaçari, e a unidade industrial da Veracel Celulose que entrou em funcionamento a partir de setembro de 2005 em Eunápolis – considerados grandes e importantes produtores do setor na Bahia – e deverão investir pesadamente nos próximos anos.

Veracel Celulose - Eunápolis

Suzano Papel e Celulose (ex – Bahia Sul) – Mucuri/Teixeira de Freitas

Aracruz Produtos de Madeira – Plantações no Sul do Estado

Bacraft Indústria de Papel – Santo Amaro

Bahia Pulp – Camaçari

Ibap Indústria Baiana de Artefatos de Papelão – Simões Filho

IPB Indústria de Papéis da Bahia – Santo Amaro

Klabin – Feira de Santana

Sapelba Fábrica de Papel da Bahia – Feira de Santana

#### **Quadro 1 - Empresas do setor de papel e celulose, Bahia, 2005**

Fonte: Resultado (2005)

Segundo informações do RESULTADO... (2005) o empreendimento da Veracel Celulose representa o maior investimento privado hoje no país: US\$ 1,25 bilhão. Parte deste investimento está sendo financiado pelo BNDES e pelos organismos financeiros internacionais European Investment Bank (EIB) e Nordik Investment Bank (NIB). Tal empreendimento deverá operar, inicialmente, com uma capacidade de 900 mil toneladas de celulose ao ano até 2006, sendo a maior fábrica de celulose em linha única do mundo. A Aracruz participa das ações da empresa por meio de uma sociedade formada com a multinacional sueco-finlandesa Stora Enso.

A Bahia Sul Celulose implantada em 1988, desde a sua criação, teve o seu controle acionário dividido entre a Companhia Suzano de Papel e Celulose e a Companhia Vale do Rio Doce, no entanto, em 2001, aquela adquiriu todo o capital ordinário da empresa. Sua produção se destina à fabricação de celulose *Kraft* branqueada fibra curta de eucalipto e papéis para imprimir e escrever, produtos que, como já foi visto, têm

expressiva participação nas exportações do setor no Brasil, portanto sua produção se destina, basicamente, ao mercado externo. Nesse sentido, após a entrada da Bahia Sul Celulose no início dos anos 90 e os investimentos subseqüentes houve um aumento significativo do setor na Bahia, sobretudo, no tocante à celulose de eucalipto, “destacando-se o crescimento substancial da produção de celulose de fibra curta entre 1992 e 1999, com uma taxa superior a 108%” (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p.80). Ao mesmo tempo, observou-se também uma evolução da participação do setor baiano no total da produção nacional no que se refere à produção de fibra curta (Tabela 8).

No ano de 1992, a Bahia participava com uma produção de 277.470 mil toneladas, ou seja, 5,8% do total produzido no país, encontrando-se na oitava posição do *ranking* nacional. Já em 1999, a produção registrou cerca de 578.491 mil toneladas, aumentando 108,5% em relação ao ano de 1992, representando 10,8% do total produzido no país, encontrando-se dessa vez na quarta posição do *ranking*, ao mesmo tempo em que se aproximara dos tradicionais Estados produtores do setor como São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Em conjunto, os quatro Estados, responsáveis por 64,4% da produção total de fibra curta no País, no ano de 1992, apresentaram crescimento nas suas participações conjuntas, resultando numa participação de 85,4% em 1999. Enquanto que os Estados de RS, PA, PR e SC que participavam com 35,5% decresceram conjuntamente e em 1999 representaram 14,6%, revelando assim a estratégia de territorialização e concentração das empresas na região Sudeste.



**Tabela 8 - Produção de celulose de fibra curta (em toneladas), 1992/1999**

<b>Estados selecionados</b>	<b>1992</b>	<b>Part. (%)</b>	<b>1999</b>	<b>Part. (%)</b>
São Paulo	1.392.333	29,2	1.950.768	36,4
Espírito Santo	1.013.291	21,2	1.262.536	23,6
Minas Gerais	390.667	8,2	783.547	14,6
<b>Bahia</b>	<b>277.470</b>	<b>5,8</b>	<b>578.491</b>	<b>10,8</b>
Rio Grande do Sul	287.400	6,0	297.526	5,6
Pará	283.000	5,9	290.381	5,4
Paraná	545.670	11,4	151.152	2,8
Santa Catarina	582.118	12,2	45.124	0,8
Total	4.771.949	100,0	5.359.525	100,0

Fonte: Souza e Oliveira (2002) *apud* ANFPC (*apud* Carneiro, 1994 e Bracelpa, 2001)

Assim, tal crescimento do setor na Bahia, indubitavelmente, teve influência significativa após a implantação da Bahia Sul, uma vez que para Carneiro (1994) essa influência foi relevante para o aumento da arrecadação de ICMS, ampliação da pauta de produtos exportados, melhorando a balança comercial, interiorização de um novo segmento industrial e a melhoria dos índices de produção em termos da cultura do eucalipto no Estado.

Além disso, deve-se salientar que a Bahia, em especial, o Extremo Sul apresenta condições naturais favoráveis à produção de eucalipto. Dentre essas vantagens, destacam-se clima quente e úmido, precipitação pluviométrica e as condições do solo, o que lhe rende uma produtividade média superior a 50 metros cúbicos por hectare (no Brasil a faixa varia de 30 a 40 metros cúbicos por hectare) sendo possível fazer o corte do eucalipto em apenas sete anos, enquanto na Finlândia – um dos maiores produtores mundiais - fica em apenas 5 metros cúbicos por hectare. Tal fato, associado a outros fatores, permite ao Estado apresentar um dos menores custos mundiais de produção de celulose. Atualmente, segundo dados do RESULTADO... (2005), a Bahia possui 451 mil hectares plantados de eucalipto, 9% da área total do país.

No tocante ao comércio exterior, o setor baiano de papel e celulose apresentou significativo crescimento na sua participação na pauta de exportações do Estado até o

ano 2000 (Tabela 9). Tal tendência, por sua vez, vem acompanhando o crescimento da produção. De acordo com Souza e Oliveira (2001), o setor, em 1993 ocupava a quarta posição e já em 2000 ocupava a segunda, perdendo apenas para os produtos químicos e petroquímicos. Em boa parte da década de 90, as elevadas taxas de crescimento de suas exportações chegaram a 95%, enquanto as vendas externas totais do Estado aumentaram apenas 9,0%. Estes dados revelam como o setor veio se estabelecendo de forma agressiva no Estado da Bahia. Neste sentido, os resultados da balança comercial do setor vêm sendo superavitários desde o início da década de 90 e tal posição é devida principalmente à Bahia Sul Celulose.

**Tabela 9 - Evolução da participação das exportações de papel e celulose, em relação às exportações totais, (Em US\$ mil FOB), Bahia, 1992/2005**

Ano	Exportações	Participação (%)
1992	50.743	3,4
1993	122.839	8,5
1994	178.830	10,4
1995	301.014	7,9
1996	183.568	9,9
1997	233.352	25,3
1998	266.334	12,4
1999	240.305	15,2
2000	291.430	15,0
2001	216.234	10,2
2002	229.078	9,5
2003	262.050	8,0
2004	277.775	6,8
2005	434.363	7,3

Fonte: Souza e Oliveira (2002) *apud* PROMO Bahia e PROMO Bahia (2006)

No entanto, esse cenário, começou a se modificar a partir de 2001, quando as exportações do setor nesse ano apresentaram uma redução de aproximadamente 26% em relação ao ano anterior, ao mesmo tempo em que se reduziu sua participação no total exportado pelo Estado de 15,0 % para 10,2% e sua participação no *ranking* que em 2001 caiu para terceiro lugar. Segundo dados da FIEB/RACEB, 2001 *apud* Souza e

Oliveira (2001) este resultado negativo deve-se, principalmente, à queda da demanda mundial sob o efeito da recessão econômica dos EUA, que gerou aumento dos estoques e, por conseguinte, diminuição dos preços médios no mercado internacional (os preços médios das exportações de pasta química de madeira e de papel caíram cerca de 19% e 10%, respectivamente).

Embora a taxas menores, o segmento de papel e celulose vem se mantendo como um dos principais produtos exportados pelo Estado baiano, apresentando no ano de 2005 uma expansão de 56,37% em relação a 2004. De acordo com informações da PROMO (2005), o destino do comércio exterior brasileiro e baiano depende de duas variáveis em 2006: o crescimento do PIB doméstico e a velocidade da desaceleração da economia mundial, que ainda deverá apresentar um crescimento significativo em 2006. No entanto, as principais preocupações que determinarão um crescimento menor para as exportações baianas, sobretudo, do setor de papel e celulose estão relacionadas à valorização cambial, à sua flutuação acentuada, queda do dólar, a redução do ritmo de crescimento da economia mundial e a uma eventual redução dos preços das *commodities*.

Em 2005, o setor de papel e celulose representava 3% do PIB baiano: cerca de R\$ 2,6 bilhões. As perspectivas para os próximos anos caracterizam-se em grandes investimentos. Nesse sentido, conforme informações do RESULTADO...:

Este ano pode ser considerado o do maior salto histórico já dado pelo segmento de celulose e papel (C & P) na Bahia e, possivelmente, no país. A se confirmarem os dados divulgados pelos três maiores empreendimentos no estado, a soma a ser aportada ultrapassa a astronômica cifra de US\$ 3 bilhões, ou algo em torno de R\$ 7,2 bilhões no câmbio atual. Trata-se do maior aporte de recursos privados no Brasil. A Veracel Celulose, megaprojeto conjunto da brasileira Aracruz e a da sueco-finlandesa Stora Enso, já está em fase de testes para entrar em operação até setembro em Eunápolis, envolvendo um investimento de US\$ 1,25 bilhão. A gigante nacional Suzano Papel e Celulose deve instalar, no segundo semestre, nova linha de produção em sua planta em Mucuri, com orçamento de US\$ 1,3 bilhão. E a Bahia Pulp, do grupo asiático RGM International, quer investir até US\$ 500 milhões na ampliação da unidade, em Camaçari (RESULTADO..., 2005, p.3).

Diante desse contexto, o resultado deverá quintuplicar a participação do setor no PIB baiano ao patamar de 15%. Tal expansão será bastante significativa para os negócios

empresariais e para a arrecadação do Estado, além de ser muito positivo para o mercado de trabalho.

### **3 DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FLORESTAL E DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL DA BAHIA**

#### **3.1 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, SÓCIO-ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA**

A Região do Extremo Sul localiza-se ao sul do território baiano, fazendo fronteira em sua parte sul com o norte do Estado do Espírito Santo, a oeste com o Estado de Minas Gerais e ao norte com as regiões econômicas baianas Sudoeste e Litoral Sul, estando sua faixa leste às margens com o Oceano Atlântico, como ilustra a figura 1.

Atualmente, a região está constituída por 21 municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapôã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itabepi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda. Desses municípios, cinco foram criados em períodos mais recentes, isto é, após a realização do Censo Demográfico de 1980. São eles: Eunápolis (desmembrado de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália), Itabela (desmembrado de Porto Seguro), Jucuruçu (desmembrado de Itamaraju), Teixeira de Freitas (desmembrado de Alcobaça e Caravelas) e Vereda (desmembrado de Prado).

O Extremo Sul baiano é uma das antigas áreas de ocupação e povoamento do Brasil e da Bahia. Apesar disso, o desenvolvimento socioeconômico e a expansão demográfica em seu espaço atual só assumiram características e patamares mais expressivos no século XX, diferentemente do que ocorreu no Recôncavo baiano, o qual teve seu avanço socioeconômico, cultural e demográfico ainda no século XVIII, especificamente durante o ciclo da cana-de-açúcar.

O processo de ocupação e povoamento dessa parte do território baiano pelos portugueses iniciou-se no litoral através da tentativa de se criar povoados, vilas e cidades com as finalidades de defesa, comércio e administração colonial. Tal processo estendeu-se desde o século XVI até meados do século XX, tendo Porto Seguro e Caravelas como os primeiros núcleos de ocupação, ainda de caráter provisório, quando



**Figura 1 – Extremo Sul da Bahia**

Fonte: SEI (2003)

o governo português não havia ainda definido uma política de colonização efetiva para as novas terras descobertas, limitando-se a realizar expedições a fim de explorar os produtos de maior valor, sobretudo, o pau-brasil com o objetivo de enviá-los para Portugal. Em tais localidades, foram construídos postos para o armazenamento da madeira e para proteção dos lusitanos contra ataques dos índios e de outros povos europeus, a exemplo dos franceses e holandeses onde eram constantes suas invasões nas novas terras descobertas.

Segundo informações da SEI (2003) tais invasões fizeram com que o governo português reavaliasse sua política nas novas terras e adotasse, por volta de 1534, o Sistema das Capitânicas Hereditárias para viabilizar a colonização. Deste modo, a solução encontrada objetivava realizar a ocupação efetiva através da criação de núcleos urbanos, ou seja, a finalidade do regime das Capitânicas Hereditárias não era apenas a ocupação, mas também a urbanização como solução mais eficaz de colonização e dominação. O resultado disso é que no território correspondente ao atual Extremo Sul foram instaladas, nesse período, as vilas de Porto Seguro (1535) e Santa Cruz (1536) (atual Santa Cruz Cabralia) seguindo o modelo de ocupação que permaneceu por vários séculos, isto é, ambas as vilas localizavam-se no litoral e à margem de rios.

Conforme observa Tavares (2001), a decisão do governo lusitano apoiou-se em opiniões de alguns dos seus conselheiros e nos requerimentos de candidatos a capitânicas nas terras brasileiras. Tal solução de doar capitânicas já era um comportamento antigo dos reis portugueses, conforme a ocupação das ilhas oceânicas, também tentada em outras regiões, a exemplo de Angola.

Em meados do século XVI, de acordo com informações da CAR (1994) o ciclo da agroindústria açucareira alcançou o seu desenvolvimento máximo na Capitania de Porto Seguro, onde foram instalados cinco engenhos para a produção do açúcar, visando a sua exportação para Lisboa. No entanto, no século XVII, a agroindústria do açúcar entra em decadência em função de fatores como a concorrência das ilhas do Caribe que abalou profundamente a sua competitividade, além dos altos custos operacionais da produção e comercialização do produto, distância do mercado europeu (principal centro consumidor do produto) e problemas locais, como os ataques indígenas e as doenças tropicais.

Dessa forma, conforme explicação da CAR (1994) tais fatores concorreram para que a Região se integrasse, de forma periférica, na estrutura primário-exportadora, modelo vigente no período colonial, não se constituindo, portanto, parte integrante dos centros dinâmicos da economia da Colônia. Essa incapacidade de integração ao modelo agroexportador, cujo centro dinâmico localizava-se no Recôncavo baiano, influenciou a venda das Capitânicas de Porto Seguro e de Ilhéus, que se incorporaram à Capitania da Bahia por volta de 1761.

Após esse fato, segundo informações da SEI:

A região passou a desempenhar meramente a função de fornecedora de alimentos ao Recôncavo e a outras regiões. Além da extração de madeira, tornou-se também produtora de alimentos como a farinha de mandioca, arroz, milho e feijão, com destaque para pesca da garoupa e do mero em Porto Seguro e Santa Cruz. Ao afirmar-se essa função, expandiu-se o povoamento, com a criação de diversas vilas, todas situadas no litoral. Delineou-se assim o padrão de ocupação nucleada e concentrada na costa, que perdurou por muito tempo (SEI, 2003, p. 232).

Assim, no decorrer do século XVIII as seguintes vilas foram criadas: Caravelas, Alcobaça, Prado, Trancoso no atual município de Porto Seguro, Vila Verde no atual distrito Vale Verde (Porto Seguro), Belmonte, Viçosa no atual município de Nova Viçosa e São José do Porto Alegre no atual município de Mucuri. Vale destacar, que a criação dessas vilas tiveram como orientação a política de urbanização e povoamento da Coroa lusitana.

Todavia, a política urbanizadora empreendida, nesse período, mesmo com as diversas ações realizadas, não foi capaz de provocar nenhuma transformação efetiva no processo de formação e consolidação da rede de núcleos urbanos. Além do mais, as dificuldades de povoamento do espaço em foco persistiram até o século XIX. Entre algumas dificuldades, pode-se citar as de alimentação, insalubridade, enormes distâncias e dificuldades de comunicação ou temor dos nativos, as quais alegavam os pequenos grupos trazidos para a região que, em sua maioria abandonavam o local, não permitindo assim que as tentativas de colonização conseguissem fixar até mesmo tais grupos na região. Tal situação no Extremo Sul permaneceu praticamente inalterada até o final do século XIX.



No início do século XX a cultura cacaueteira alcança a região. No entanto, ao contrário do que ocorreu na zona vizinha ao norte, o Litoral Sul, a cultura do cacau não se consolidou imediatamente e nem provocou transformações significativas, ampliando-se para o interior. Assim, a região permaneceu escassamente povoada e apresentando uma precária integração ao conjunto do Estado até meados do século XX, “quando esse isolamento parcial foi rompido, deslanchando-se um processo de modificações profundas na estrutura produtiva e social” (SEI, 2003, p. 235).

A partir dos anos 1950, com a maior expansão da cacauicultura, da pecuária e da exploração madeireira, desencadeou-se um processo de interiorização da ocupação, dinamizando, de forma gradativa, a vida econômica e estimulando o povoamento de áreas até então pouco habitadas ou mesmo sem aproveitamento produtivo.

O cultivo do cacau que trouxera grande prosperidade ao Litoral Sul, desde o início do século XX, acabou penetrando na região do Extremo Sul baiano, implantando-se, inicialmente, em terras situadas no município de Belmonte, difundindo-se depois em outras áreas. Em meados da década de 50, os principais municípios produtores eram Belmonte, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Alcobaça. Entretanto, no Extremo Sul, o cacau jamais conseguiu o destaque que havia alcançado no Litoral Sul, especialmente no eixo Ilhéus – Itabuna, nem provocou mudanças comparáveis nas estruturas social, produtiva e demográfica da região.

Por outro lado, o desenvolvimento da pecuária bovina nos anos 50 seguiu direção inversa à do cacau, ou seja, enquanto este último penetrou da costa para o interior, a pecuária seguiu em direção contrária, do interior para a costa, dando origem, nesse período, aos municípios de Itanhém e Medeiros Neto promovida conforme informações do CPE (1992) *apud* CAR (1994) por produtores oriundos, sobretudo, do Planalto de Conquista, da região de Itapetinga e do Nordeste de Minas Gerais.

A extração de madeira, iniciada logo nos primórdios da colonização lusitana, que, no início do século XX, ainda cobria a maior parte do Extremo Sul, intensifica-se e amplia suas possibilidades com a construção da estrada de ferro Bahia – Minas, ligando o município de Caravelas ao de Teófilo Otoni. Tal obra foi o primeiro grande investimento público de porte na região, que tinha como objetivo transportar a madeira,

oriunda, em sua maior parte, das matas de Mucuri até o porto de Caravelas. No decênio de 1950, a produção de madeira, que se constituía numa atividade econômica de destaque, contribuiu para a ação dos pecuaristas uma vez que de acordo com dados da SEI (2003) muitas vezes estes últimos já encontravam as terras “limpas”, isto é, desmatadas, para a formação de pastagens. Entre outras palavras, enquanto os pecuaristas necessitavam de terras desmatadas para a formação de pastagens, os madeireiros, por outro lado, limitavam-se a explorar a madeira, desprezando a propriedade da terra.

Além dessas atividades, investimentos públicos em infra-estrutura foram cruciais para o desenvolvimento e o povoamento do Extremo Sul, especialmente, a construção de rodovias estratégicas, haja vista, que antes de 1950, os precários sistemas de comunicação e transporte entre as diversas localidades da área e entre esta e outras regiões mais prósperas do Estado e do país, reforçavam o isolamento e o apático desenvolvimento socioeconômico dessa região da Bahia. Dessa forma, na década de 50, a rede rodoviária foi ampliada com a abertura da estrada BR-5, fazendo a interligação da Bahia com o Espírito Santo, ocasionando num impacto significativo no tocante ao crescimento da circulação de bens ou mercadorias e de pessoas, seja dentro da região, ou entre esta e outras regiões.

Em face disto, após o melhoramento e ampliação desta estrada, esta veio a se constituir, no início da década de 70, na BR-101. Ao longo deste trecho, esta rodovia possibilitou o surgimento e o rápido crescimento de diversas localidades fora do litoral, a exemplo dos municípios de Eunápolis e Teixeira de Freitas, que segundo informações da SEI (2003) se tornaram, a partir dos anos 1970, os maiores centros urbanos de toda a região, rivalizando em importância econômica e porte demográfico com cidades destacadas de regiões vizinhas, assim como propiciaram o adensamento de pequenos núcleos interioranos já existentes, a exemplo de Itamaraju.

A construção da BR-101 conduziu a uma inserção definitiva da região no conjunto da economia nacional, impulsionando uma série de transformações na estrutura socioeconômica regional. Para Pedreira (2004), este fato constitui o grande divisor de águas na história regional, rompendo seu isolamento físico e econômico, e contribuindo para um novo desenho espacial da área, com a redefinição da hierarquia da rede de

idades, ou seja, deslocando, do litoral para o interior, o centro de referência da região, ao tempo em que, como dito anteriormente, impulsiona uma série de transformações na estrutura socioeconômica.

Desse modo, de acordo com dados da CAR:

Os investimentos estatais realizados possibilitaram, ao longo do tempo, a emigração de um grande contingente populacional, principalmente de grupos atraídos pelas facilidades de transporte e pela existência de terras de baixo valor, instalando-se na região: os madeireiros, os pecuaristas, os agricultores de origem japonesa e os industriais do setor de papel e celulose (CAR, 1994, p.17).

A consequência deste fato foi a formação de um novo quadro de atividades produtivas contando com a presença de tais grupos e de capital externo, redefinindo, por sua vez, as formas de relações e organizações sociais preexistentes.

Em meados dos anos 1960 e início da década de 70, surge outro ciclo madeireiro, caracterizado pela utilização de tecnologias mais modernas, tendo a participação de grandes e pequenos empresários oriundos, em maior parte, do Estado do Espírito Santo. Tais agentes intensificaram, drasticamente, o processo de destruição da Mata Atlântica, por conseguinte, os desmatamentos praticados estimularam a expansão da pecuária bovina, tanto nos municípios que, de forma tradicional, eram voltados para a criação quanto nos municípios costeiros, além da faixa de terras localizadas ao longo da BR-101, na parte central da região.

Além das atividades madeireira e pecuária, desenvolve-se segundo Pedreira (2004) a agricultura moderna (hortifruticultura), especialmente o cultivo do mamão. Esta cultura expandiu-se de forma expressiva, colocando a região entre as principais produtoras do país. Porém, o ataque de algumas doenças alterou essa situação, levando assim à diminuição das áreas dedicadas ao cultivo, reduzindo sua importância na economia regional. Como forma de reduzir a vulnerabilidade ao mercado, a solução encontrada pelos produtores foi a diversificação da exploração frutícola, introduzindo outras culturas como a de olerícolas. Vale destacar que o ciclo de investimentos referente à agricultura de mercado moderna na região tornou-se possível, segundo dados da CAR (1994), graças à emigração dos colonos japoneses e à chegada das grandes

cooperativas, como a Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC e a Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil. O desenvolvimento da agricultura, em base empresarial, garantiu a inserção definitiva da produção agrícola regional nos mercados do Centro Sul do país.

A formação de grandes áreas devastadas pela extração madeireira e pela expansão da pecuária e o baixo valor das terras, por sua vez, favoreceu o avanço do reflorestamento, de acordo com as políticas federais e estaduais que se voltaram para o incentivo desta atividade, a partir de meados dos anos 1970. Inicialmente, a implantação dos maciços florestais no Extremo Sul direcionou-se para o atendimento de diversas finalidades, tais como construção de móveis, serrarias, etc. No entanto, de meados dos anos 1980 em diante, segundo dados da SEI (2003) centrou-se na criação de florestas de pinos e, sobretudo de eucaliptos, visando suprir as necessidades presentes e futuras das indústrias de papel e celulose que vieram a se implantar na região no início dos anos 1990 (a Bahia Sul em Mucuri e a Veracel que se instalou em Eunápolis) ou em regiões vizinhas (a Aracruz e a CAF Florestal, instaladas no Espírito Santo).

Tais investimentos que são altamente intensivos em capital e implicam também numa estratégia de ocupação intensiva do espaço, atingiram os grupos sociais presentes na região uma vez que tiveram seu espaço e *status* redefinidos, em função da importância e da posição que vieram a ocupar na sociedade. Por isso, “contribui para a desestruturação de formas social, cultural e economicamente vigentes de produção, organização e uso da natureza” (GONÇALVES, 1992, *apud* CAR, 1994, p. 18).

Além dessas atividades, o turismo também foi instaurado na região, a partir da década de 1970, especialmente nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. As melhorias do sistema viário reforçaram as potencialidades turísticas das cidades litorâneas que, além da bela paisagem natural que possuem, dispõem de um amplo acervo histórico-cultural para o desenvolvimento dessa atividade. No início, o turismo esteve restrito às sedes desses municípios, porém acabou se expandindo em direção às vilas e povoados, particularmente Arraial D’Ajuda, Trancoso e Caraíva, chegando a atingir também o município vizinho de Belmonte, no qual a atividade ainda é incipiente.

Do ponto de vista sócio-econômico, o Extremo Sul apresenta diversos contrastes caracterizados por diversificados potenciais econômicos, turísticos, históricos e ambientais, unidos à falta de infra-estrutura mais avançada, ao baixo nível de renda da população, à baixa qualidade de vida, além da falta de interesse do empresariado por municípios que não se adequam ao perfil dos grandes investimentos que são realizados na região. Entre outras palavras, é uma região onde se tem a tecnologia das grandes indústrias e, ao mesmo tempo, toda pobreza em volta de cidades cartão-postal, a exemplo de Porto Seguro.

As principais atividades econômicas da região são a agropecuária extensiva, pesca, extração de madeira, a exploração florestal, indústria de papel e celulose e o turismo. Atualmente, conforme observa Pedreira (2004) embora as atividades tradicionais (pecuária, pesca e agricultura de subsistência) ocupem um peso importante na estrutura econômica regional, a exploração florestal (atividade complementar à indústria de papel e celulose) constitui o vetor mais dinâmico da economia regional e o principal responsável pelas recentes transformações socioprodutivas.

Em 2000, a região possuía um PIB de aproximadamente R\$ 2,44 milhões, distribuído entre os municípios de forma bastante concentrada (tabela 10), participando assim com aproximadamente 5,1% do PIB da Bahia (R\$ 48.197,2 milhões).

**Tabela 10 - Estimativa do Produto Municipal (PIB municipal) para o ano 2000**

<b>Municípios</b>	<b>R\$ Milhões</b>	<b>Municípios</b>	<b>R\$ Milhões</b>
Alcobaça	57,14	Medeiros Neto	59,05
Belmonte	35,28	Mucuri	720,49
Caravelas	78,55	Nova Viçosa	89,73
Eunápolis	182,62	Porto Seguro	320,48
Guaratinga	41,23	Prado	84,94
Ibirapoã	23,25	Santa Cruz Cabrália	53,56
Itabela	41,92	Teixeira de Freitas	240,34
Itagimirim	19,96	Vereda	26,18
Itamaraju	133,26	<b>Total do Extremo Sul</b>	<b>2.439,93</b>
Itanhém	45,77	<b>Média</b>	<b>116,2</b>
Itapebi	140,39	<b>Bahia</b>	<b>48.197,2</b>
Jucuruçu	20,83	<b>Média</b>	<b>115,6</b>
Lajedão	24,96		

Fonte: elaboração própria a partir de dados da SEI

Vale destacar que, nesse ano, a média do PIB da região (R\$ 116,2 milhões) foi superior à média do PIB do Estado (R\$ 115,6 milhões). Do total dos municípios, seis registraram uma participação acima da média do PIB do Extremo Sul. São eles: Eunápolis, Itamaraju, Itapebi, Mucuri, Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

No tocante às condições de infra-estrutura dos municípios, esta se apresenta de forma precária, contrapondo-se às magníficas paisagens naturais com seus frágeis ecossistemas costeiros, uma vez que se constata a inexistência de redes de esgotamento sanitário em mais da metade da totalidade dos domicílios da região, comprometendo assim a qualidade dos rios e a balneabilidade das praias próximas aos locais de despejos destes efluentes. O sistema de abastecimento de água é limitado, de forma que não atende a grande parte dos domicílios, juntamente com o fornecimento de energia elétrica que não atende a demanda, sobretudo, no período de alta estação turística onde, freqüentemente, ocorrem interrupções.

A situação educacional na região é insatisfatória, levando-se em conta o conjunto dos aspectos que constituem a prática da aprendizagem, sobretudo, em estabelecimentos públicos. A situação torna-se problemática, quando conforme explicações da CAR (1994) se considera outros aspectos como, a manutenção do serviço – a conservação dos prédios e dos equipamentos escolares -, e a qualidade do ensino – formação, treinamento e reciclagem dos professores, currículo escolar e a utilização de recursos audiovisuais para a melhoria da aprendizagem.

Além desses serviços, a oferta de serviços de saúde no Extremo Sul é deficitária, onde, geralmente, algum morador se vê forçado a deslocar-se do município onde reside para outros centros urbanos, principalmente Teixeira de Freitas e Eunápolis, haja vista que nesses últimos se concentram os serviços hospitalares e as clínicas especializadas. Em consequência deste fato, a situação se agrava, pois tais municípios além de atenderem à população residente, recebem também pacientes oriundos de toda a sua área de influência.

Quanto à caracterização demográfica da região, de acordo com o Censo Demográfico de 2000 – o mais recente levantamento censitário realizado pelo IBGE – o Extremo Sul, com um contingente populacional de 664.850 habitantes, é a sétima região do Estado da

Bahia em porte demográfico. No período de 1980-2000, a região teve sua participação no conjunto do Estado ampliada, apesar de ter registrado um pequeno declínio entre 1980-1991, chegando ao ano de 2000 com uma população correspondente a 5,09% da população do Estado (equivalente a 13.070.250 habitantes). Tal ampliação é decorrente do maior ritmo de crescimento demográfico registrado na região, comparando-se ao conjunto do Estado e das demais Regiões Econômicas<sup>1</sup>.

Ao contrário do que vem ocorrendo no conjunto do Estado e na grande maioria das Regiões Econômicas (exceção das Regiões Baixo Médio São Francisco e Litoral Norte), o Extremo Sul apresentou uma aceleração no ritmo de crescimento demográfico entre 1980-1991 e 1991-2000. No primeiro período, a taxa correspondente do crescimento demográfico foi de 1,42% ao ano, enquanto no período posterior o nível registrado foi de 2,48% ao ano, superando assim o ritmo de crescimento do Estado (1,08% ao ano) e correspondendo ao mais elevado entre as Regiões Econômicas. Em face disto, vale destacar que esta foi a primeira vez em que o crescimento populacional de uma das Regiões Econômicas do Estado foi superior ao da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e ao de Salvador.

Tal aceleração no ritmo de crescimento, de acordo com dados da SEI (2003) se deve à ampliação dos saldos migratórios, que, desde o primeiro período analisado, 1980-1991, vêm apresentando taxas compatíveis com saldos positivos, ou seja, resultante da imigração líquida. Assim, conforme observações da SEI (1998) *apud* SEI (2003) a aceleração do crescimento demográfico do Extremo Sul, no período 1980-1991 para 1991-1996, foi motivada principalmente por: 1º) uma forte intensificação dos fluxos de imigração para esta região, a ponto de se tornar positivo o saldo migratório ou de aumentá-lo significativamente, e 2º) uma pequena, mas regular, redução dos níveis de mortalidade. Para o período de 2000, as evidências apontaram para a continuidade dessas tendências.

A região do Extremo Sul é a segunda região do Estado em termos de urbanização, na qual a maior parte dos habitantes (73,27%) reside nas áreas urbanas dos municípios. A

---

<sup>1</sup> São 15 as Regiões Econômicas do Estado da Bahia: Oeste, Médio São Francisco, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Baixo Médio São Francisco, Piemonte, Paraguaçu, Sudoeste, Nordeste, Litoral Norte, RMS, Recôncavo, Litoral Sul e Extremo Sul.

população urbana da região registrou as maiores taxas de crescimento entre as populações urbanas das regiões econômicas, tanto no período de 1980-1991 (9,23% ao ano) quanto no período 1991-2000 (4,49% ao ano). Tal ritmo elevado de crescimento urbano registrado é decorrente, em grande medida, de mudanças nas divisões político-administrativas dos municípios, ocorridas em função da emancipação de alguns povoados para a criação de alguns municípios, a exemplo de Eunápolis e Teixeira de Freitas.

Tal raciocínio também se aplica ao pequeno crescimento demográfico das áreas rurais, resultando, inclusive, numa redução absoluta de população no período 1980-2000. Entre 1980-1991, a população rural passou de 332.164 habitantes para 205.092, significando a menor taxa de crescimento demográfico (- 4,29% ao ano) entre as regiões econômicas da Bahia. Entre 1991-2000, registrou-se uma moderação nas perdas populacionais rurais, apresentando a região uma taxa de crescimento demográfico de -1,58% ao ano, alcançando uma população de 177.739 habitantes.

Nesse sentido, não se pode ter precisão da influência das alterações político-administrativas dos municípios no tocante ao crescimento das populações urbanas e rurais, porém conforme observa a SEI (2003) é razoável supor que, no primeiro período, tais mudanças tenham sido importantes em função da criação de municípios com a emancipação de povoados (pertencentes às áreas rurais) com populações bastante significativas. No segundo período, por outro lado, apesar de nenhum município ter sido criado, alguns dos já existentes apresentaram redefinições nos perímetros urbanos, o que deve ter contribuído para um maior ritmo de crescimento demográfico das áreas urbanas e, conseqüentemente, uma redução do crescimento nas áreas rurais.

No entanto, segundo informações da SEI é importante lembrar que:

Tal tendência é compatível com o que vem ocorrendo no conjunto do Estado, nas demais regiões econômicas e, mesmo, no conjunto do país, onde se observa um esvaziamento do campo em função de transformações socioeconômicas e culturais, com particular destaque para a falta de uma política voltada para as áreas rurais dos municípios ou a ineficiência das políticas existentes e do maior dinamismo de algumas áreas urbanas (SEI, 2003, p. 240).



A distribuição da população regional se dá de maneira bastante irregular pelos 21 municípios da região, onde existem municípios com densidades muito superiores às médias regional e estadual e outros, todavia, escassamente povoados (Tabela 11).

**Tabela 11 - População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Bahia Extremo Sul, 2000**

<b>Municípios</b>	<b>População</b>	<b>Área (Km2)</b>	<b>Área (%)</b>	<b>Densidade(Hab/km2)</b>
Teixeira de Freitas	107.486	1.154	3,77	93,14
Eunápolis	84.120	1.193	3,89	70,51
Porto Seguro	95.721	2.408	7,86	39,75
Itabela	25.746	855	2,79	30,11
Itamaraju	64.144	2.370	7,73	27,06
Nova Viçosa	32.076	1.326	4,33	24,19
Medeiros Neto	21.235	1.246	4,07	17,04
Prado	26.498	1.665	5,43	15,91
Mucuri	28.062	1.774	5,79	15,82
Santa Cruz Cabrália	23.888	1.551	5,06	15,40
Itanhém	21.334	1.445	4,71	14,76
Alcobaça	20.900	1.475	4,81	14,17
Itapebi	11.126	972	3,17	11,45
Guaratinga	24.319	2.327	7,59	10,45
Belmonte	20.032	2.010	6,56	9,97
Itagimirim	7.728	817	2,67	9,46
Ibirapoã	7.096	786	2,56	9,03
Vereda	7.450	829	2,70	8,99
Jucuruçu	12.377	1.438	4,69	8,61
Caravelas	20.103	2.393	7,81	8,40
Lajedão	3.409	614	2,00	5,55
<b>Total</b>	<b>664.850</b>	<b>30.648</b>	<b>100,00</b>	<b>21,69</b>
<b>Média</b>	<b>31.659,5</b>	<b>1.459,4</b>	<b>-</b>	<b>21,69</b>

Fonte: SEI (2003) *apud* IBGE. Censo Demográfico e Site Cidade@

Tais disparidades apresentadas nas densidades demográficas municipais são melhores compreendidas quando comparadas com a discrepância em relação à área dos municípios que, via de regra, também é grande. Somente quatro municípios apresentam um porte demográfico mais expressivo, ou seja, acima de 50.000 habitantes: Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Eunápolis e Itamaraju. Os municípios estão situados na zona central, próximos à BR-101, à exceção de Porto Seguro, localizado no litoral. Esses quatro municípios mais populosos, como já visto, concentraram no ano de 2000, uma população de 351.471 habitantes, correspondendo a 52,9% do conjunto total da população da região.

Do total da população, cerca de onze municípios do Extremo Sul (metade deles) registram uma população entre 50.000 e menos de 20.000 habitantes: Nova Viçosa, Mucuri, Prado, Itabela, Guaratinga, Santa Cruz Cabrália, Itanhém, Medeiros Neto, Alcobaça, Caravelas e Belmonte (em ordem decrescente). Seis municípios registram população inferior a 20.000 habitantes, sendo que dois deles (Jucuruçu e Itapebi) possuem população superior a 10.000 habitantes, enquanto os quatro demais não atingem tal porte populacional, possuindo população inferior a 10.000 habitantes (Itagimirim, Vereda, Ibirapoã e Lajedão).

No concernente à extensão territorial, os municípios se classificam em quatro grandes classes. Os mais extensos abrangem uma área entre 2.500 e 2.000 km<sup>2</sup> (Porto Seguro, Caravelas, Itamaraju, Guaratinga e Belmonte). Em segundo lugar, com áreas situadas entre 2.000 e 1.500 km<sup>2</sup> (Mucuri, Prado e Santa Cruz Cabrália). Numa terceira classe, com áreas situadas entre 1.500 e 1.000 km<sup>2</sup> (Alcobaça, Itanhém, Jucuruçu, Nova Viçosa, Medeiros Neto, Eunápolis e Teixeira de Freitas). E, por último, os municípios que possuem menor extensão territorial, com áreas situadas entre 1.000 e 500 km<sup>2</sup> (Itapebi, Itabela, Vereda, Itagimirim, Ibirapoã e Lajedão).

A maior parte dos municípios do Extremo Sul tem densidade demográfica bastante baixa, isto é, igual ou inferior à média regional que é 21,69 hab./km<sup>2</sup>. Desses municípios, apenas seis possuem densidades registrando um patamar superior a essa média. São eles: Teixeira de Freitas (93,14 hab./km<sup>2</sup>), Eunápolis (70,51 hab./km<sup>2</sup>), Porto Seguro (39,75 hab./km<sup>2</sup>), Itabela (30,11 hab./km<sup>2</sup>), Itamaraju (27,06 hab./km<sup>2</sup>) e Nova Viçosa (24,19 hab./km<sup>2</sup>). Neste sentido, percebe-se que é grande a discrepância entre as

densidades demográficas dos primeiros e dos demais municípios, além disso, as maiores densidades são registradas pelos municípios com maior porte populacional: Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro.

Tais discrepâncias, de acordo com dados da SEI (2003) refletem as transformações socioeconômicas em curso no Extremo Sul, que culminaram, entre outros fatores, com a redefinição das articulações e fluxos intra e inter-regionais, adensando, num primeiro momento (décadas de 70 e 80) os núcleos centrais da região – Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju – que passaram a concentrar atividades econômicas e desempenhar o papel de pólos regionais (em particular, os dois primeiros municípios). Na década de 1990, mais recentemente, uma nova dinâmica se impõe na região, através da expansão e consolidação do núcleo turístico de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e das atividades ligadas ao reflorestamento.

### 3.2 DECLÍNIO DA ATIVIDADE MADEIREIRA NOS ANOS 70

O declínio do ciclo madeireiro nos anos 1970 foi um fator crucial para o avanço da atividade florestal no Extremo Sul da Bahia, já que em função deste fato surge como uma das opções o reflorestamento sobre as áreas desmatadas.

A exploração intensiva de madeira na região teve início nos anos 1950, se constituindo numa atividade econômica de destaque. Em meados da década de 1960 e início dos anos 1970, surge outro ciclo madeireiro marcado pela utilização de tecnologias mais modernas (motomecanização) e pela participação de grandes e pequenos agentes do ramo empresarial provenientes, em sua grande maioria, do Estado do Espírito Santo. No entanto, a presença de tais grupos contribuiu para intensificar o processo de destruição da Mata Atlântica que embora tenha sido explorada desde os primórdios da colonização, ainda se encontrava razoavelmente preservada no decênio de 1960 em função do próprio povoamento rarefeito e das técnicas rudimentares adotadas pelos antigos madeireiros.

Dessa forma, a devastação desencadeada pela extração de madeira, que causou sérios danos ao meio ambiente, nos anos 1970, favoreceu o avanço do reflorestamento. Inicialmente, a implantação de maciços florestais no Extremo Sul orientou-se em

atender a diversas finalidades, tais como a construção de móveis, serrarias, etc. Entretanto, de meados dos anos 1980 em diante, centrou-se na instalação de florestas, sobretudo de eucaliptos, visando suprir as necessidades presentes e futuras das indústrias do setor de papel e celulose que, mais tarde, vieram a se implantar na região.

Além disso, conforme observa Pedreira (2004) a saturação das terras na região do Centro-Sul, onde se concentraram tradicionalmente as atividades de reflorestamento e produção de celulose, e a conseqüente elevação dos preços das terras, implicou a busca de novas áreas, necessárias tanto para dar conta da capacidade instalada, quanto para a expansão do setor de papel e celulose no país.

Portanto, o declínio da atividade madeireira contribuiu substancialmente para o avanço das reflorestadoras, nos anos 1970, e, mais tarde, para a instalação dos empreendimentos do setor de papel e celulose na região, uma vez que em função de tal fator surge como alternativa o reflorestamento sobre as grandes áreas de florestas devastadas em função do caráter devastador da atividade madeireira. Além deste, outros fatores contribuíram para o desenvolvimento da atividade florestal e do setor de papel e celulose na região, como se verá adiante.

### 3.3 FATORES INSTITUCIONAIS E NATURAIS QUE PROPICIARAM A IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE FLORESTAL E DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL BAIANO

A partir de meados da década de 1970, as políticas federais e estaduais voltaram a incentivar a atividade florestal. Em face disto, destaca-se, nesta época, a modificação na legislação de incentivos fiscais ao reflorestamento no Brasil – decreto lei n. 1.338/74, sob o qual os contribuintes de todo o país recebiam benefícios, sendo autorizados a deduzir até metade do imposto de renda para aplicação nas regiões Norte e Nordeste do país, enquanto, para outras regiões, a permissão era de somente 35% desse tributo. Tal fato gerou estímulos à migração das empresas reflorestadoras em direção aos estados do Nordeste e, em particular, para a Bahia.

O resultado disso é que entre 1970 e 1980, o total da área plantada com florestas para fins industriais aumentou em 18,6% em toda região Nordeste, enquanto que entre 1980 e 1985, tal crescimento registrou 176% contra 18% verificados em todo o país.

De acordo com dados do CEI (1983) *apud* Pedreira (2004), a Bahia beneficiando-se das modificações do Fundo de Investimento Setorial – FISET, começou a inserir-se na área florestal, absorvendo, já em 1979, 10,3% da área aprovada para o reflorestamento no Brasil. Desse modo, a Bahia consolida-se, em 1982, como o segundo pólo florestal do país, sendo criados, nesta época, três distritos florestais no estado: o Distrito Florestal Litoral Norte, o Distrito Florestal do Além São Francisco e o Distrito Florestal do Extremo Sul. Além destas, outras resoluções que contribuíram para o desenvolvimento da atividade florestal no Extremo Sul foram a inserção da região no Programa de Zoneamento Florestal do Estado e a instituição do Plano Nacional de Papel e Celulose (1974), pelo Governo Federal.

Além de tais fatores, outros, especialmente fatores naturais, contribuíram para a expansão do setor florestal na região: condições edafoclimáticas favoráveis, isto é, clima quente e úmido, chuvas bem distribuídas durante o ano, topografia plana que favorece a mecanização; terras contínuas e de baixo valor; facilidades no escoamento da produção; e disponibilidade de mão-de-obra. Em face disto, vale salientar que as condições edafoclimáticas favoráveis proporcionam uma alta produtividade das plantações de eucalipto, posicionando a região do Extremo Sul como a mais competitiva do mundo.

Diante de tais fatos, segundo Pedreira:

A conjunção de fatores, como a existência de áreas aptas ao reflorestamento, excelentes condições edafoclimáticas, os incentivos fiscais, além do padrão concorrencial do segmento de papel e celulose, condicionaram-se mutuamente para que o Extremo Sul da Bahia se tornasse uma área privilegiada para a expansão e o desenvolvimento da atividade florestal e da agroindústria de celulose (PEDREIRA, 2004, p. 1010).

Assim, no contexto das estratégias de expansão empresarial – a dinâmica concorrencial do setor de papel e celulose é fortemente influenciada pelos custos de produção, sobretudo, nos itens madeira e disponibilidade de terras para novos plantios, fazendo

com que o setor se desloque espacialmente em função de condicionantes locais – instalam-se na região grandes empreendimentos do segmento florestal e de papel e celulose, a exemplo da Bahia Sul Celulose, no município de Mucuri, e da Veracel Celulose, em Eunápolis, além da Aracruz e da CAF Florestal (instaladas no Espírito Santo), disponibilizando de vastas áreas plantadas de eucalipto, cultivados em terras próprias (em sua maioria) e em projetos de fomentos com produtores rurais. No entanto, apenas os dois primeiros empreendimentos possuem unidades industriais no Extremo Sul voltados para a produção de papel e celulose. A seguir, será feita uma caracterização dos mesmos.

### 3.4 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NA REGIÃO

Os dois empreendimentos do setor de papel e celulose no Extremo Sul se caracterizam pelas grandes escalas de produção, pela vasta disponibilidade de terras plantadas de eucalipto (cultivados em terras próprias, na maioria, e em programas de fomento florestal com produtores rurais), tecnologia de ponta e a produção voltada para o mercado externo, podendo assim dizer que são dois grandes megaprojetos do setor que se condicionaram para que o Extremo Sul se integrasse, de forma competitiva, no cenário nacional e internacional no que tange, em particular, à comercialização de produtos do setor. No entanto, ao mesmo tempo, em que a indústria de papel e celulose integra a região, de forma competitiva, na esfera global, provoca, por outro lado, modificações nas estruturas socioprodutivas do espaço agrário, como se verá no capítulo posterior. Antes, será feita uma apresentação dos dois empreendimentos do setor na região: a Bahia Sul Celulose e a Veracel Celulose.

#### 3.4.1 A Bahia Sul Celulose

No final dos anos 80, investimentos da ordem de US\$ 1,49 bilhões, realizados pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD (29% do capital total), pela Companhia Suzano de Papel e Celulose (35%), pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (3%), pelo BNDES (26%) e os 7% restantes em mãos de outros investidores que adquiriram ações no mercado, resultaram na criação da Bahia

Sul Celulose (Figura 2), localizada no Km 945,4 da BR-101, no município de Mucuri, no Extremo Sul da Bahia, próxima à divisa com o Estado do Espírito Santo.



**Figura 2 - Vista Aérea da Bahia Sul Celulose**

Fonte: Suzano Papel e Celulose

Em 1989, a unidade industrial da empresa começou a ser construída. Em 1992, teve início a fabricação de celulose e, no ano posterior, a máquina de produzir papel – a maior do Hemisfério Sul – começa a entrar em operação. Naquele período, a capacidade instalada de produção de celulose chegava a 500 mil toneladas por ano, sendo que 290 mil seriam comercializadas como celulose e 210 mil seriam transformadas em 250 mil toneladas de papel por ano e aproximadamente 80% da celulose e 40% do papel seriam voltados para a exportação.

De acordo com dados da empresa, suas áreas de plantio e colheita abrangem sete municípios: Mucuri, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Caravelas, no Extremo Sul, além de Pedro Canário e São Mateus, no Espírito Santo, possuindo cerca de 168 mil ha de plantio, destinados a florestas, preservação ambiental e infra-estrutura.

Desde a sua criação, que o controle acionário da empresa, como visto inicialmente, esteve dividido entre a Companhia Suzano de Papel e Celulose e a Companhia Vale do Rio Doce. Todavia, em 2001, a Companhia Suzano adquiriu todo o capital da empresa, passando a ser uma das maiores produtoras de papel e celulose de eucalipto da América Latina. Em 2004, em fase de conclusão do processo de reestruturação organizacional do grupo, houve a incorporação da fábrica Suzano, localizada em São Paulo, pela Bahia Sul, resultando na mudança da razão social para Suzano Papel e Celulose. A unidade operacional no Extremo Sul da Bahia passou a ser denominada Unidade Mucuri.

A empresa produz celulose *Kraft* branqueada de eucalipto e papéis para imprimir e escrever, produtos que têm expressiva participação nas exportações brasileiras deste setor. Vale destacar que a entrada da Bahia Sul Celulose acarretou efeitos significativamente relevantes para o desenvolvimento e crescimento do segmento na Bahia, haja vista que houve aumento na arrecadação de ICMS, ampliação de produtos exportados, melhorando assim a balança comercial, a interiorização de um novo segmento industrial, além das melhorias dos índices de produção no Estado.

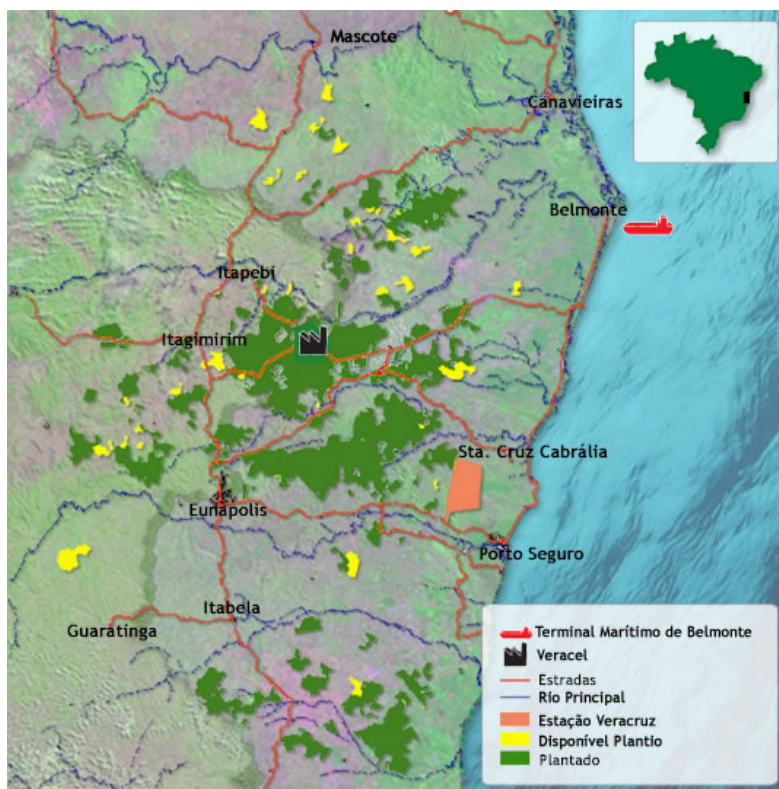
Atualmente, a empresa está investindo uma cifra de US\$ 1,3 bilhão na ampliação de sua unidade em Mucuri. Tal valor a ser aplicado, entre 2005 e 2008, inclui a parte industrial e a área florestal. Segundo informações do Resultado... (2005) o projeto vai instalar uma nova linha de produção que vai mais do que duplicar o volume anual de papel e celulose produzido pela fábrica, saltando das atuais 650 mil toneladas para 1,65 milhão de toneladas. O destino da produção será o mercado externo, especialmente, Europa, Estados Unidos e Ásia. Do total dos recursos, de acordo com Goldberg (2005), 35% virão do caixa da empresa e o restante de financiamentos, entre os quais do BNDES.

Com a ampliação da unidade de Mucuri, a empresa entra no grupo das dez maiores produtoras mundiais de celulose de mercado e a segunda no mundo na produção de celulose de mercado de fibra curta, tornando concreto o projeto de se tornar um grande *player* global. Porém, a empresa ainda não pára na segunda linha, isto é, segundo Goldberg (2005) há planos para que, em dez anos, a empresa decida por uma terceira linha de produção.



### 3.4.2 A Veracel Celulose

A Veracel Celulose está localizada, no município de Eunápolis, no Extremo Sul da Bahia, numa região que abrange além de Eunápolis, os municípios de Canavieiras, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Figura 3).



**Figura 3 - Localização da Veracel Celulose**

Fonte: Veracel Celulose

A empresa foi criada em 1991, quando então se chamava Veracruz Florestal, vinculada ao grupo Odebrecht, que vinha realizando o reflorestamento com o eucalipto. Em dezembro do mesmo ano, a empresa adquiriu segundo dados da CAR (1994), 41.088 hectares da Floresta Vale do Rio Doce, ocupados com áreas de reflorestamento, infraestrutura e preservação ambiental, tendo início, no ano seguinte, o plantio de eucalipto feito pela Veracruz. Em outubro de 1995, após várias audiências públicas onde a polêmica em torno do projeto dividiu o movimento ambientalista da Bahia, a empresa teve seu pedido de licença de localização aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM.

Em 1998, sua razão social é mudada para Veracel Celulose S/A. Inaugurada em setembro de 2005, as ações da empresa têm participação da brasileira Aracruz Celulose, por efeito de uma *joint venture* formada com a multinacional sueco-finlandesa Stora Enso. Tal empreendimento representa o maior investimento privado, hoje, no país: uma cifra de US\$ 1,25 bilhão, incluindo as instalações fabris e áreas de plantio (aquisição de terras e operações florestais). Os recursos originam-se dos controladores, já dito anteriormente, Aracruz Celulose e Stora Enso, e parte está sendo financiado pelo BNDES.

A Veracel tem capacidade para produzir, atualmente, 900 mil toneladas de celulose branqueada de eucalipto e é considerada uma das indústrias mais avançadas do mundo. A maior parte da produção será destinada ao mercado internacional, especialmente, Europa, Ásia e Estados Unidos. De acordo com dados da empresa, suas áreas de terras somam 164,6 mil hectares distribuídos entre os dez municípios ditos inicialmente, sendo que, desse total, 78,1 mil hectares são destinados ao plantio de eucalipto, o que equivale a 47,5% do total. A maior parte, 48%, é destinada à recuperação e preservação ambiental e o restante, 4,5%, refere-se às áreas de infra-estrutura.

Segundo informações do Resultado... (2005), quando entrar em plena capacidade, a companhia vai responder por 12,5% da produção nacional de celulose branqueada de eucalipto e já tem planos para duplicar a capacidade produtiva da fábrica, no entanto tal decisão ainda depende de um estudo de viabilidade técnica e de mercado para o produto.

## 4 A INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE E A QUESTÃO AGRÁRIA NO EXTREMO SUL

“Chega de eucalipto!  
Queremos reforma agrária!  
Se o campo não planta, a cidade não janta!”<sup>2</sup>

### 4.1 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO

Do ponto de vista da estrutura fundiária, vale destacar que as transformações na base produtiva regional decorrentes do processo de ocupação econômica da região que resultou num acelerado crescimento demográfico, como visto anteriormente, trouxeram modificações na estrutura fundiária, na qual verifica-se a substituição das pequenas e médias propriedades, pertencentes, anteriormente, a pequenos agricultores, por grandes estabelecimentos rurais que exploram a pecuária e a atividade florestal.

O grau de concentração fundiária, refletido na elevação contínua e significativa do índice de Gini dos municípios da região, a partir dos anos 70, revela esta tendência (Tabela 12). Dessa forma, pode-se observar que a discrepância entre os municípios no tocante ao índice de Gini, a partir deste período, não é grande, ou seja, praticamente todos os municípios do Extremo Sul apresentam elevado grau de concentração fundiária, registrando, como já dito, elevação significativa nos índices de gini. De acordo com a classificação de Lourival Câmara, observa-se no quadro 2 que, em 1996, onze dos vinte e um municípios do Extremo Sul apresentam um grau de concentração fundiária “forte a muito forte”. Desses, destacam-se os municípios de Alcobaça, Lajedão, Mucuri e Nova Viçosa, registrando, respectivamente, 0,888, 0,821, 0,805 e 0,86. Destaca-se, ainda, o grau de concentração de terras do município de Prado (0,911), ou seja, “muito forte a absoluta”, o maior índice de gini do total dos municípios da região.

---

<sup>2</sup> Afirmação feita em folhetos por participantes contrários ao modelo devastador da monocultura do eucalipto motorizado pelas empresas do setor de papel e celulose.

**Tabela 12 - Índice de Gini, Extremo Sul da Bahia, 1920 a 1996**

<b>Municípios</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1996</b>
Alcobaça	0,968	0,499	0,454	0,582	0,59	0,649	0,693	0,777	0,888
Belmonte	0,986	0,72	0,693	0,637	0,803	0,709	0,765	0,762	0,757
Caravelas	0,971	0,456	0,555	0,528	0,625	0,624	0,738	0,765	0,73
Eunápolis	-	-	-	-	-	-	-	-	0,68
Guaratinga	-	-	-	-	0,556	0,597	0,684	0,666	0,737
Ibirapuã	-	-	-	-	0,738	0,688	0,729	0,701	0,72
Itabela	-	-	-	-	-	-	-	-	0,633
Itagimirim	-	-	-	-	0,59	0,611	0,663	0,622	0,627
Itamaraju	-	-	-	-	0,572	0,717	0,704	0,712	0,694
Itanhém	-	-	-	0,53	0,559	0,558	0,709	0,677	0,654
Itapebi	-	-	-	0,63	0,662	0,632	0,693	0,667	0,738
Jucuruçu	-	-	-	-	-	-	-	-	0,383
Lajedão	-	-	-	-	0,622	0,66	0,729	0,77	0,821
Medeiros Neto	-	-	-	0,566	0,639	0,626	0,777	0,704	0,614
Mucuri	0,849	0,613	0,666	0,573	0,668	0,679	0,73	0,773	0,805
Nova Viçosa	-	-	-	-	0,623	0,679	0,774	0,876	0,86
Porto Seguro	0,911	0,439	0,536	0,519	0,531	0,595	0,696	0,77	0,727
Prado	0,945	0,716	0,519	0,573	0,701	0,727	0,794	0,796	0,911
Santa Cruz Cabrália	0,942	0,96	0,847	0,525	0,56	0,644	0,774	0,695	0,726
Teixeira de Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,649
Vereda	-	-	-	-	-	-	-	-	0,674

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1920 – 1995/96

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004

O índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição da renda, mas pode ser utilizada também para medir o grau de desigualdade de qualquer distribuição estatística, como o grau de desigualdade da posse da terra numa região. O valor do índice de Gini varia entre 0 e 1, indicando que quando mais próximo de um tem-se uma maior concentração e quando mais próximo de zero, ocorre o inverso.

<b>Classes</b>	<b>Categorias</b>	<b>Nº de municípios</b>
0,000 a 0,100	Nula	0
0,101 a 0,250	Nula a Fraca	0
0,251 a 0,500	Fraca a Média	1
0,501 a 0,700	Média a Forte	8
0,701 a 0,900	Forte a Muito Forte	11
0,901 a 1,000	Muito Forte a Absoluta	1
<b>Total</b>	...	<b>21</b>

**Quadro 2 - Classificação do Índice de Gini para os municípios do Extremo Sul, 1996**

Fonte: elaboração própria a partir da classificação de Lourival Câmara

Até os anos 70, praticamente era comum a agricultura familiar baseada em glebas de terras abandonadas, chamadas de terras do Estado, onde o agricultor plantava para a subsistência. Porém, com o avanço do capital madeireiro, que atraía mão-de-obra imigrante, intensifica-se a privatização do espaço rural. Por conseguinte, fazendeiros passaram a grilar a terra através de documentos falsos, estabelecendo assim um conflito com quem já estava, tradicionalmente, na posse do imóvel. Além disso, as áreas abandonadas vieram a ser ocupadas com maior intensidade, passando o Estado a reconhecer a propriedade aos novos possuidores via reconhecimento formal do domínio sobre o bem.

Com a formação das pastagens, define-se assim a estrutura fundiária concentradora, na medida em que os imóveis, sobretudo os de maiores áreas, tornam-se pertencentes a um grupo reduzido de proprietários. Nessas condições, surge uma pecuária extensiva, que se torna mais moderna, intensificando, nas décadas de 80 e 90, os respectivos sistemas de cultivo de gado bovino. No entanto, este processo é marcado pela expropriação de terras e atração de imigrantes, com a formação de um exercito industrial de reserva. Tal fase de devastação ambiental será suficiente para a geração das bases ambientais e sociais para a implantação do capital industrial nos anos 90, através do complexo industrial de papel e celulose.

## 4.2 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA AGRÁRIA REGIONAL DECORRENTES DA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE

A implantação e o desenvolvimento dos empreendimentos agroindustriais de papel e celulose, considerando o crescente avanço das áreas ocupadas com reflorestamento, têm gerado um grande impacto na organização socioeconômica do Extremo Sul, de forma a alterar as estruturas socioprodutivas e redefinindo o espaço e *status* dos grupos sociais presentes na região. Todavia, a análise será direcionada ao espaço agrário, examinando assim as transformações observadas na estrutura agrária regional operadas, especificamente, na estrutura de propriedade e uso da terra e associando-as à evolução demográfica e da mão-de-obra ocupada na agricultura.

No que concerne à evolução da área ocupada pelos estabelecimentos, segundo estratos, baseado em informações de Pedreira (2004), duas tendências são reveladas no período de 1970 a 1995/1996 (Tabelas 13 e 14).

A primeira é que, ao longo desse período, à exceção do intervalo de 1980/85, há um declínio da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, tornando assim em evidência que a região já se encontrava com sua fronteira externa, praticamente, fechada desde a década de 70. Vale salientar que a substancial redução da área ocupada, entre 1985/96, pode ser explicada, em parte, pela criação de novos municípios, a partir de 1985 - não incluídos aí na delimitação - reduzindo assim a área original de alguns municípios e, por conseguinte, da região. Além disso, este declínio é também decorrente da mudança do período de referência do censo Agropecuário 1995/96, cujo ano passou a ser agrícola, em substituição ao ano civil. Em função disto, uma série de estabelecimentos de natureza precária e transitória, em particular, no caso de arrendatários e parceiros, não foram computados.

Sob este aspecto, percebe-se que nos estratos referentes aos grupos de área com menos de 50 e de 50 a 100 hectares, reduziu-se o número de estabelecimentos e bastante a área, enquanto que no extrato de 100 a 500, o número de estabelecimentos permaneceu o mesmo e a área decresceu em 46%. Para os extratos de 500 a 1000, 1000 a 5000 e de 5000 a 10000 hectares tanto área quanto número de estabelecimentos permaneceu

constante. Sendo que nos extratos maiores que 10000 hectares, o numero de estabelecimentos dobrou de 2 para 4 e a área permaneceu praticamente a mesma.

**Tabela 13 - Número e área de estabelecimentos, segundo estratos, em hectares, Extremo Sul da Bahia, 1970 – 1995/1996**

Grupos de Área	menos de 50ha	50-100ha	100-500ha	500-1000ha	1000-5000ha	5000-10000ha	10000ha e mais	s/decalaração	Total
1970	Estab. 6.746	3.443	1.242	274	141	8	2	-	<b>13.856</b>
	Área 155.753	226.911	583.916	173.995	243.189	54.808	86.975	-	<b>1.525.547</b>
1975	Estab. 5.979	2.756	3.033	305	179	11	3	-	<b>12.266</b>
	Área 134.175	180.636	570.435	199.202	303.239	80.915	38.645	-	<b>1.507.247</b>
1980	Estab. 7.103	2.012	2.327	272	215	10	4	77	<b>12.020</b>
	Área 122.008	135.586	464.118	182.855	385.933	66.879	54.668	-	<b>1.412.047</b>
1985	Estab. 7.982	1.986	2.400	385	257	13	7	1	<b>13.030</b>
	Área 140.367	132.674	494.643	257.240	464.306	85.974	100.814	-	<b>1.675.982</b>
1995/96	Estab. 4.232	881	1.239	209	143	9	4	-	<b>6.717</b>
	Área 66.595	61.518	268.839	143.366	241.464	55.103	88.410	-	<b>925.296</b>

Fonte: Pedreira (2004) *apud* IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

A segunda tendência significa a intensificação do grau de concentração fundiária, refletido pelo aumento contínuo e substancial do índice de Gini, de 0,575 em 1970, para 0,744 em 1995/96. Baseado na classificação de Lourival Câmara, já vista anteriormente, em 1970, o valor do índice de gini da região é classificado como de médio a forte e, em 1996, de forte a muito forte.

**Tabela 14 Índice de Gini, Extremo Sul da Bahia, 1970 –1995/96**

Anos	1970	1975	1980	1985	1995-96
<b>Índice</b>	0,575	0,603	0,696	0,717	0,744

Fonte: Pedreira (2004) *apud* IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

Portanto, como foi visto na seção anterior, é a partir dos anos 1970 que se intensifica a privatização do espaço rural (inicialmente pelo capital madeireiro e, depois, pela pecuária e pelo capital industrial de papel e celulose detentor de vastas áreas de plantio de eucalipto), definindo-se assim a estrutura fundiária concentradora, via elevação do

índice de gini, na medida em que os imóveis, sobretudo os de maiores áreas, tornam-se propriedades de um grupo reduzido de pessoas.

No que se refere aos indicadores de uso das terras (tabela 15), apesar dos comparativos ficarem um pouco comprometidos, já que a área total da região decresceu muito (de 1.525.547 para 925.296 ha), os dados revelam a transformação produtiva da região.

**Tabela 15 - Utilização das terras, em hectares, Extremo Sul da Bahia, 1970-1995**

	Anos									
	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras permanentes	54.605	3,58	56.146	3,73	80.110	5,67	111.468	6,65	59.809	6,46
Lavouras temporárias	47.465	3,11	66.053	4,38	60.285	4,27	76.078	4,54	35.339	3,82
Pastagens naturais	258.217	16,93	380.620	25,25	297.131	21,04	348.920	20,82	160.487	17,34
Pastagens plantadas	377.262	24,73	448.007	29,72	381.332	27,01	512.742	30,59	390.380	42,19
Matas e florestas naturais	459.470	30,12	347.999	23,09	300.866	21,31	321.833	19,20	141.078	15,25
Matas e florestas plantadas	1.679	0,11	8.542	0,57	30.748	2,18	53.275	3,18	62.704	6,78
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	185.790	12,18	118.123	7,84	172.700	12,23	181.212	10,81	43.950	4,75
Terras inaproveitáveis	141.059	9,25	81.757	5,42	88.875	6,29	70.454	4,20	31.549	3,41
<b>Total</b>	<b>1.525.547</b>	<b>100,00</b>	<b>1.507.247</b>	<b>100,00</b>	<b>1.412.047</b>	<b>100,00</b>	<b>1.675.982</b>	<b>100,00</b>	<b>925.296</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Fonte: Pedreira (2004) *apud* IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

A relação entre as culturas permanentes e temporárias variou pouco, assim como as pastagens plantadas. Porém, houve redução nas pastagens naturais e nas matas e florestas naturais (muito elevada) e na área de descanso, sendo que ocorreu, por outro lado, elevado crescimento nas matas e florestas plantadas.



O primeiro ponto a destacar refere-se à redução significativa e contínua das áreas com matas e florestas naturais, em função do processo de devastação da Mata Atlântica (inicialmente pela exploração madeireira e agropecuária, e, posteriormente, pelo reflorestamento, intensificado na região a partir dos anos 1980). Enquanto em 1970, a área ocupada com matas e florestas registrava 30,12%, em 1995-96 tal participação se reduz à metade, 15,25%.

O segundo ponto significa o incremento contínuo da área com reflorestamento (matas e floresta plantadas), cuja participação, na área ocupada, entre 1970 e 1995 sai de apenas 0,11% para 6,8%, vindo a atingir neste último ano, uma participação superior a 20% em alguns municípios, a exemplo de Mucuri e Belmonte, respectivamente, 27,5% e 22,3%. Por outro lado, as pastagens embora tenham tido uma elevação em sua participação de 42% para 59,53% e apresentado uma tendência crescente até 1985, à exceção de 1970/85, registrou uma redução absoluta da área ocupada, saindo de 861.662 ha, em 1985, para 550.867 ha, em 1995/96. O resultado disso é que as pastagens e, conseqüentemente, a atividade pecuária, parecem ter perdido o dinamismo até meados da década de 80.

Comparando-se os ritmos de variação da área, segundo os diferentes tipos de uso da terra (tabela 16), observa-se que, apenas no período de 1975/85, há um aumento total da área ocupada, caracterizando-se os demais períodos pela redução absoluta da área. Com relação à silvicultura, apesar de sua pouca expressividade, a tendência é de crescimento, refletido pelo aumento da participação das matas e florestas plantadas, passando de 0,1%, em 1970, para 2,2%, em 1980. Além disso, é importante destacar o significativo incremento da área ocupada com as matas e florestas plantadas, no período de 1975/85, referente a 523,68%.

Tendo em vista a queda na área total ocupada, para Pedreira (2004) grande parte do crescimento destas atividades (pecuária, agrícola, reflorestamento) se deu sobre as áreas de matas e florestas naturais que apresentaram uma redução de 158.604 ha, ou seja, a ocupação agrícola, nesse período, se dá, fundamentalmente, a partir do desmatamento da floresta nativa.

**Tabela 16 - Variação da área ocupada segundo usos, em hectares, Extremo Sul da Bahia, 1970-1995/96**

	Períodos					
	1970/80		1975/85		1985/95	
	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras	38.325	35,55	65.347	53,47	(92.398)	(49,30)
Pastagens	42.984	6,76	33.035	3,99	(310.795)	(36,10)
Matas e florestas naturais	(158.604)	(34,52)	(26.166)	(7,52)	(180.755)	(56,16)
Matas e florestas plantadas	29.069	1.731,33	44.733	523,68	9.429	17,70
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	(13.090)	(7,05)	63.089	53,41	(137.262)	(75,75)
Terras inaproveitáveis	(52.184)	(36,99)	(11.303)	(13,83)	(38.905)	(55,22)
<b>Total</b>	<b>(113.500)</b>	<b>(7,44)</b>	<b>168.735</b>	<b>11,19</b>	<b>(750.686)</b>	<b>(44,79)</b>

Fonte: Pedreira (2004) *apud* IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

Analisando o período de 1975/85, quando ocorre a expansão da área total ocupada, observa-se um grande dinamismo das lavouras, na qual tem sua área elevada em 53,5%. Além disso, há também nesse período, aumento de estratos, de 0 a 50 ha, em sua área ocupada. Dessa forma, tais dados sugerem uma associação entre crescimento da área de lavouras e da agricultura familiar e, desses, com a existência e possibilidades de ocupação das novas áreas de fronteira.

Por outro lado, entre 1985/95, embora a análise tenha sido prejudicada pela redução absoluta de área da região em aproximadamente 600.000 hectares, a área ocupada apresenta uma redução, exceto a área de matas e florestas plantadas, que registrou um aumento de 9.429 ha, ou 17,7%. Em face disto, a partir de meados dos anos 1980, a silvicultura associada ao complexo industrial de papel e celulose assume, plenamente, o dinamismo da ocupação produtiva, substituindo dessa forma o lugar ocupado até então, pelas atividades agrícola e pecuária.

Em suma, o avanço dos maciços florestais, pode-se dizer ocorreu, fundamentalmente, sobre as áreas ocupadas com matas e florestas naturais, expandindo-se, posteriormente, sobre as áreas ocupadas com pastagens e, menor intensidade, nas terras dedicadas ao cultivo. Entretanto, tal processo não implica em afirmar que a atividade de reflorestamento teve reduzido impacto sobre a agricultura familiar, ocupadas, sobretudo, com as lavouras. Ou seja, baseada na observação importante de Pedreira (2004):

A implantação de eucalipto, ao ocupar áreas passíveis de serem utilizadas pela agricultura familiar, a exemplo das terras improdutivas, cobertas com matas e florestas naturais, e, mesmo, aquelas ocupadas com pastagens naturais, termina bloqueando as possibilidades de reprodução dos agricultores familiares (PEDREIRA, 2004, p. 1013).

No tocante ao impacto do avanço dos maciços florestais sobre a ocupação da agricultura familiar com as lavouras, embora tal avanço tenha ocorrido, com menor intensidade, como visto anteriormente, nas terras dedicadas ao cultivo (lavouras), analisando a evolução da área plantada com as lavouras (tabelas 17 e 18) por município da região nos períodos 1990, 2000 e 2004, percebe-se, primordialmente, que, no período de 2000 a 2004, registrou-se uma redução em mais da metade das localidades, com maior intensidade, nas terras dedicadas às lavouras permanentes, principalmente nos municípios onde se concentram os maciços florestais, a exemplo de Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Santa Cruz Cabrália e Teixeira de Freitas.

**Tabela 17 - Área plantada, em hectares, das lavouras permanentes, Extremo Sul da Bahia, 1990, 2000, 2004**

<b>Municípios</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>
Alcobaça	1.513	6.239	4.168
Belmonte	14.015	11.889	14.051
Caravelas	2.425	5.539	4.183
Eunápolis	1.423	5.778	6.252
Guaratinga	13.710	8.761	8.471
Ibirapoã	298	602	421
Itabela	1.225	7.224	7.323
Itagimirim	83	229	168
Itamaraju	13.800	24.196	22.200
Itanhém	1.204	1.615	1.348
Itapebi	12.026	5.481	4.625
Jucuruçu	5.230	4.386	4.160
Lajedão	12	14	48
Medeiros Neto	34	38	63
Mucuri	5.269	4.783	4.205
Nova Viçosa	2.056	2.693	1.381

Porto Seguro	2.771	6.411	6.417
Prado	4.374	13.502	14.121
Santa Cruz Cabrália	988	2.540	1.033
Teixeira de Freitas	979	2.592	1.924
Vereda	27	2.720	2.094

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1990, 2000, 2004

Em relação às áreas ocupadas com as lavouras temporárias, considerando também o período de 2000 a 2004, tal resultado foi menos intenso, porém significativo, no qual a maior parte dos municípios onde se concentram os maciços florestais também teve redução em suas áreas plantadas, a exemplo de Eunápolis, Itabela, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Teixeira de Freitas.

**Tabela 18 - Área plantada, em hectares, das lavouras temporárias, Extremo Sul da Bahia, 1990, 2000, 2004**

<b>Municípios</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>
Alcobaça	773	2.339	3.730
Belmonte	2.367	532	782
Caravelas	1.199	9.371	10.544
Eunápolis	2.404	5.368	5.088
Guaratinga	630	913	784
Ibirapoã	812	890	887
Itabela	1.112	1.026	935
Itagimirim	337	437	477
Itamaraju	643	855	3.075
Itanhém	768	850	821
Itapebi	772	261	263
Jucuruçu	753	910	1.754
Lajedão	512	1.605	1.634
Medeiros Neto	858	3.186	3.216
Mucuri	1.021	6.223	6.116
Nova Viçosa	684	2.647	2.604
Porto Seguro	4.213	1.584	1.415

Prado	559	1.641	3.196
Santa Cruz Cabralia	6.734	2.217	2.111
Teixeira de Freitas	1.503	2.779	1.696
Vereda	227	933	810

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1990, 2000, 2004

Comparando-se com a atividade florestal, a redução do papel ocupado pela pecuária, também atinge de forma negativa os pequenos agricultores familiares, uma vez que a forma tradicional de administração das propriedades pecuaristas, diferentemente da atividade florestal, ao abrigar ou mesmo conviver com relações de meação/parceria, mesmo de forma precária, ainda mantinha a sobrevivência de grande parte dos trabalhadores rurais. Sendo assim, a expansão da atividade florestal, associada à modernização da pecuária, ao bloquear as relações de meação, resulta na inviabilidade de reprodução de um significativo segmento de agricultores familiares.

Esta tendência é refletida com base na evolução da condição de posse de terras (tabela 19), onde os parceiros e os ocupantes, considerando que os mesmos mantêm relações produtivas, apresentaram um declínio no número de estabelecimentos e da área ocupada, enquanto os arrendatários, que mantêm relações econômicas de contrato de terra, apresentaram um aumento no número de estabelecimentos e da área ocupada. De fato, as primeiras categorias, que participavam, em conjunto, com 9,0% no número de estabelecimentos e 4,4% em área ocupada, em 1970, passaram, para 4,6% e 1,5%, respectivamente, em 1995/96. Enquanto a categoria de arrendatário, isoladamente, passou de 0,2% no número de estabelecimentos e 0,1% em área ocupada, em 1970, para 0,8% e 1,1%, respectivamente, em 1995/96.

Desse modo, em face das alterações nas relações de posse e uso da terra, modificações ocorreram na evolução e estrutura de ocupação da mão-de-obra rural. Um dado importante conforme observa Pedreira (2004), é a expressiva queda de mais da metade, no número de pessoas ocupadas, no período de 1985/1995, no momento em que se intensificam as atividades vinculadas ao complexo florestal na região. Além disto, outra tendência observada é o declínio e desagregação de formas produtivas camponesa, associado ao incremento das relações assalariadas.

**Tabela 19 - Distribuição percentual dos estabelecimentos e áreas segundo condição do produtor Extremo Sul, 1970-1995/96**

Períodos	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1970	90,8	95,5	0,2	0,1	2,1	0,8	6,9	3,6	100,0	100,0
1975	97,3	97,5	0,1	0,0	0,1	0,2	2,5	2,3	100,0	100,0
1980	93,0	97,0	0,7	0,5	1,1	1,0	5,2	1,5	100,0	100,0
1985	89,5	97,1	1,1	0,4	0,4	0,7	9,0	1,8	100,0	100,0
1995	94,6	97,4	0,8	1,1	0,3	0,2	4,3	1,3	100,0	100,0

Fonte: Pedreira (2004) *apud* IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

Tal mudança é revelada diante de um comentário de um morador do município de Caravelas, comparando os atuais empreendimentos na área florestal e a produção de celulose, com o período de expansão da hortifruticultura (em especial mamão), no qual ele diz:

A maioria, todo mundo, trabalhava com os japoneses e, quando era no final da colheita, trazia duas caixas de melancia, melão...Hoje, infelizmente, a maioria do pessoal, está saindo para fora. Somente as mulheres ficam aqui, porque a mão-de-obra exigida pela Bahia Sul Celulose é de homens. E, aí, o pessoal da área agrícola trabalhava...com os japoneses, ganhava a metade do salário, mas, em compensação, tinha mais serviço, empregava mais gente, emprega criança, menino pequeno... (MIRANDA, 1992, p. 78 *apud* PEDREIRA, 2004, p. 1015).

Comparando a época anterior à expansão do eucalipto, um morador da região salienta:

Nas fazendas, os jovens, mulheres, mãe, irmãos, colhiam mamão e, em outras lavouras, trabalhavam como bóias-frias. Apesar das condições precárias de trabalho, tinha ocupação no campo. Não sei o que era pior, mas esses jovens tinham ocupação no campo. Na medida que avança o eucalipto, deixa de ter as lavouras que empregam bóias-frias, porque é lógico que, antes o bóia-fria, do que nada; mas esse emprego (de bóia-fria), não consegue gerar desenvolvimento, só gera subsistência (PEDREIRA, 2004, p. 1016).

Diante deste fato, é importante questionar para onde a população, especificamente, os pequenos agricultores cuja reprodução foi inviabilizada pela expansão do eucalipto se dirigem? Baseado nos dados demográficos, já visto no capítulo anterior, onde os mesmos demonstram um significativo crescimento populacional acompanhado por um elevado índice de urbanização regional e esvaziamento do campo, este último sugere

que um percentual expressivo da população rural tem se dirigido para as áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho.

Diante deste fato, vale destacar que a ocupação do eucalipto em áreas passíveis de serem utilizadas pela agricultura familiar, inviabilizando a reprodução dos mesmos, paralelamente, ao processo de êxodo rural – no momento da implantação dos empreendimentos do setor de papel e celulose, trabalhadores do campo sentem-se atraídos em busca de novas oportunidades de trabalho, resultando no não engajamento destes trabalhadores na indústria, haja vista que o setor de papel e celulose é altamente intensivo em capital e mão-de-obra qualificada – gera conseqüências sociais graves como o aumento dos índices de favelização e violência nos centros urbanos.

Baseado nas análises feitas anteriormente para o período 1970-1995/96, pode-se inferir que tais tendências têm se acentuado nos anos mais recentes, dado que a expansão do plantio de eucalipto realizado pelas empresas manteve o ritmo de crescimento inserido assim na lógica do modelo adotado pelas empresas do setor de papel e celulose de atender a produção em larga escala, utilizando, para tanto, extensas plantações de eucalipto.

A conseqüência de todo esse processo é a inquietação popular regional seja através de ONGs, associações formadas pelos indivíduos prejudicados pela implantação dos empreendimentos do segmento de papel e celulose, sobretudo, trabalhadores do campo, entre outros agentes, com o objetivo de procurar soluções, alternativas diante do avanço da monocultura do eucalipto movido pelo complexo industrial de papel e celulose cuja propaganda traz sempre incluso um discurso desenvolvimentista, apoiado pelos beneficiários da indústria quando, na realidade, o que ocorre é um processo de desestruturação sócio-econômico-ambiental no momento da chegada de tais empreendimentos.

#### 4.3 PROGRAMA DE FOMENTO FLORESTAL VERSUS PROPOSTA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O programa de fomento florestal é uma iniciativa por parte das empresas a fim de expandir suas áreas plantadas de eucalipto junto a proprietários rurais na região. Assim,

o discurso desenvolvimentista das empresas afirma que o programa é uma alternativa de uso das terras e de geração de renda para esses proprietários ao mesmo tempo em que o fomento reduz a necessidade de aquisição de novas terras para o plantio do eucalipto, uma vez que viabiliza a produção de madeira para a indústria também por parte de terceiros.

Na Bahia e no Espírito Santo, de acordo com dados das empresas, 248 proprietários já participam do programa, em geral médias propriedades que, em conjunto, têm aproximadamente 38 mil hectares de eucalipto plantados. Grande parte dos fomentados combina a produção de eucalipto com outros cultivos – a exemplo da pecuária – diversificando assim suas fontes de ingresso.

No entanto, tal programa, na realidade, é uma alternativa das empresas da região com o objetivo de expandir cada vez mais a produção de eucalipto, haja vista que além das grandes propriedades de terras da Bahia Sul e da Veracel, ainda existe o incremento de produção proveniente dos fomentos. Tal iniciativa sempre traz, incluso, um discurso desenvolvimentista, isto é, uma propaganda das empresas - alegando que o programa gera renda e emprego para a região - a fim de eliminar a péssima imagem que boa parte da sociedade, a exemplo de ONGs ambientalistas, têm da indústria de papel e celulose.

Deste modo, vale destacar que os agricultores adotam o programa de fomento da Bahia Sul e da Veracel e plantam eucalipto porque carecem de fomento e assistência, demandas estas cobertas pelas ações das empresas. Portanto o problema é a ausência de uma política agrícola, o que impossibilita a assistência e um fomento consciente aos produtores. A consequência disto, é que os trabalhadores do campo acabam se tornando “reféns” desta alternativa, muitas vezes única, que chega até eles.

Diante deste fato, verifica-se a necessidade de que sejam discutidas junto à sociedade civil organizada, ao Governo e aos produtores alternativas produtivas para a região Extremo Sul da Bahia na busca de melhores condições de vida e na independência dos produtores. Além do debate deve-se gerar fomento para possibilitar a implantação das melhores alternativas, pensando ainda na inserção destes produtos no mercado.



Certamente, que é uma proposta ousada, mas muitas alternativas têm sido debatidas. Tem-se aqui uma discussão sobre a proposta para a agricultura familiar no sentido do desenvolvimento comunitário e sustentável no meio rural da região do Extremo Sul, que trata-se de um programa de diversificação de fruticultura. Alguns dados para as alternativas serão apresentados, em seguida, baseados em informações do MOVIMENTO ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE (2001) com o objetivo de demonstrar que existem alternativas viáveis e mais lucrativas para os produtores da região.

A banana-maçã – plantada num espaço aberto com espaçamento de três metros – em um ano de plantio já garante para os agricultores uma produção média de 30 mil quilos por hectare ao ano. Assim, tendo o preço médio durante o ano para este produto um valor em torno de R\$0,20, o agricultor ganha, por hectare, R\$9.000,00. A banana d'água, também plantada com esse espaçamento, tem como produção média 50 mil quilos por hectare, podendo assim o agricultor ter uma renda de R\$6.000,00. O agricultor que produz coco-anão, nesse mesmo espaçamento, poderá ter uma renda anual de R\$9.500,00 por hectare. No caso da produção de manga, R\$8.000,00 durante o ano num hectare. Com um outro cultivo, a goiaba, por exemplo, o agricultor pode ganhar R\$30.000,00 por hectare, portanto a goiaba é uma cultura altamente produtiva e rentável que produz o ano todo, além de ser uma excelente fonte de renda para a agricultura familiar. Com a produção de limão-taiti, o agricultor pode ganhar até R\$6.250,00.

Assim, para fins de comparação, o eucalipto que os produtores vendem para as empresas através do programa de fomento, sabe-se que leva de seis a sete anos para produzir e durante esse tempo o agricultor não obtém nenhuma renda, e cada hectare produz em torno de trezentos metros cúbicos de eucalipto. Cada metro cúbico sai em torno de R\$14,00, portanto trezentos metros saem a R\$4.200,00 por hectare, dividindo por seis anos resultaria em R\$700,00 por ano por hectare de eucalipto.

Desta forma, ao invés de só criticar o eucalipto e as empresas de papel e celulose, o objetivo da sociedade civil é, sobretudo, apresentar boas propostas que sejam viáveis para os agricultores familiares, isto é, não adianta fazer pressão contra a Bahia Sul ou a Veracel porque são dois grandes empreendimentos e que continuarão plantando eucalipto, exemplo disso, como já visto anteriormente, é que ambas têm planos de

expansão para os próximos anos. Assim, baseado em tais números fica claro que plantar eucalipto não é tão viável, haja vista que há outras culturas que podem gerar muito mais produção e renda para as famílias de agricultores.

Além da importância dessas alternativas, em fins rentáveis, é importante ainda salientar que as mesmas apresentam uma boa adaptação ao ambiente da região; com elas o agricultor além de diversificar, volta a ser o próprio proprietário das terras, o produtor e não agricultor-associado das empresas de papel e celulose; diversidade enquanto redução do risco.

## 5 CONCLUSÃO

Baseado neste estudo, podemos concluir que a região do Extremo Sul da Bahia tornou-se propícia para a implantação e o desenvolvimento do complexo florestal movido pela indústria de papel e celulose em função dos condicionantes locacionais favoráveis, tais como: excelentes condições climáticas, isto é, clima quente e úmida, chuvas bem distribuídas durante o ano, topografia plana que favorece à mecanização, além da disponibilidade de terras para o plantio do eucalipto.

Sob este aspecto, a região possui uma vantagem competitiva conseguida internacionalmente, que se refere ao menor tempo de maturação do eucalipto que está em torno de sete anos, contrapondo-se dessa forma ao rendimento auferido em outros países, a exemplo dos países da União Européia onde em média se leva vinte e cinco anos para a produção do eucalipto. O resultado disso, é que a partir dos anos 80, o capital movido pelo empresariado do segmento de papel e celulose se insere na região, provocando, de um lado, a inserção competitiva, de forma definitiva, da região na dinâmica econômica nacional e internacional e, por outro lado, transformações na estrutura fundiária regional.

Do ponto de vista da estrutura agrária, observamos que o avanço dos maciços florestais de eucalipto se deu, fundamentalmente, sobre as áreas ocupadas com matas e florestas naturais (mata nativa), expandindo-se, depois, sobre as áreas ocupadas com pastagens e, com menor intensidade, nas terras dedicadas ao cultivo, o que se pode pensar que o impacto da implantação do eucalipto sobre a agricultura familiar, ocupadas, em primordial, pelas lavouras, não foi muito significativo. Porém, esta análise omite um fato importante, ou seja, a ocupação do eucalipto em terras susceptíveis de serem utilizadas pelas famílias de agricultores, a exemplo das terras improdutivas, tem como consequência a inviabilização da reprodução dos mesmos, forçando-os assim a procurar emprego em outras áreas.

No que se refere ao programa de fomento florestal por parte das empresas junto a proprietários rurais da região, conforme exposto, conclui-se que plantar eucalipto não tem sido muito lucrativo para os agricultores, haja vista que há outros cultivos que

podem gerar maiores possibilidades de renda para os agricultores, a exemplo da plantação de goiaba.

No concernente à questão ambiental, embora não seja objeto de estudo deste trabalho, não devemos omiti-la, dado que a problemática ambiental é um tema muito associado à indústria de papel e celulose, uma vez que se caracteriza por ser uma das atividades que mais danos causa ao meio ambiente. Sob este aspecto, é importante destacar que os impactos ambientais decorrentes das atividades do setor de papel e celulose podem ser de dois tipos: as emissões (resíduos) da unidade industrial propriamente dita e a implantação e exploração do monocultivo de eucalipto. Esta última é a preocupação central dos ambientalistas em função das graves conseqüências resultantes como a perda de biodiversidade que causa através de seus impactos sobre a fauna e a flora, além dos impactos sobre os solos e o alto volume de água requerido para o cultivo do eucalipto, podendo desta forma afetar significativamente os recursos hídricos.

À luz destes fatos, percebemos que existem pontos positivos e negativos da implantação dos empreendimentos de papel e celulose na região. Nesse sentido, deve haver uma integração equilibrada entre o empresariado, agricultores e, sobretudo, o Estado a fim de se fornecer caminhos, ou melhor, subsídios à formulação de uma política que permita, de um lado, maximizar os benefícios oriundos desta atividade e, por outro lado, maximizar também o bem-estar social juntamente com a idéia de procurar minimizar os impactos ambientais provenientes desta atividade.

Uma forma de se estabelecer tal política, seria destinar uma parte das terras das empresas para os agricultores da região, além de dar assistência no sentido de um manejo ambientalmente responsável, aí entraria o papel do Estado, a fim de que as famílias de agricultores produzissem outras culturas mais rentáveis. Com isto, estes produtores seriam novamente inseridos no processo produtivo, uma vez que a chegada da indústria de papel e celulose provocou mudanças significativas na estrutura produtiva regional. Aliado a isto, vale destacar, como já dito anteriormente, a boa adaptação dessas culturas ao ambiente da região. No entanto, essa proposta, entre outras, dependerá da capacidade de negociação ou mobilização das comunidades locais e das relações entre os agentes (empresariado, agricultores e Estado) envolvidos neste processo.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **O Setor Brasileiro de Celulose e Papel**, 2006. Disponível em: [www.bracelpa.org.br](http://www.bracelpa.org.br). Acesso em: 13/06/06.

BNDES. O Terceiro Ciclo de Investimentos da Indústria Brasileira de Papel e Celulose. **BNDES Setorial**, n. 04, set. 96. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em: 07/10/05.

BRACELPA. **Estatísticas do setor**, 2005. Disponível em: [www.bracelpa.org.br](http://www.bracelpa.org.br). Acesso em: 02/12/05.

CARNEIRO, Roberto Antônio F. **Impactos da Indústria de Papel e Celulose no Extremo Sul: Principais Vetores de Crescimento**. Salvador: Fundação Centro de Projetos e Estudos, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA) - CAR. **Política de desenvolvimento para o Extremo Sul da Bahia**. Salvador: CAR, 1994. (Série cadernos da CAR, 3).

GEOGRAFAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **A Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia. Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/ CNPq. Salvador, 2006.

GOLDBERG, Simone. Papel e Celulose – um Crescimento de Fibra. **Conjuntura Econômica**. FGV, v. 59, n. 11. nov/2005.

HILGEMBERG, E. M.; BACHA, C. J. C. A Evolução da Indústria Brasileira de Celulose e sua Atuação no Mercado Mundial. **Revista Análise Econômica**. [Porto Alegre] v. 19, n. 36, set. 2001.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 2000, 2004.

JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luís Grion. **O Setor de Papel e Celulose**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em: 01/12/05.

MOVIMENTO ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. **Os danos socioambientais da monocultura do eucalipto no Espírito Santo e na Bahia.** Vitória: FASE/ES, 2001.

PEDREIRA, Márcia da Silva. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da região do Extremo Sul baiano. **Bahia Análise e Dados: Agro baiano.** Salvador, v. 13, n. 4, mar. 2004.

PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia. **Comércio Exterior da Bahia – Perspectivas para 2006.** Salvador: PROMO/BA, 2005. Disponível em: [www.promobahia.com.br](http://www.promobahia.com.br). Acesso em: 12/12/05

\_\_\_\_\_. **Informativos do Comércio Exterior da Bahia.** Salvador: PROMO/BA, 2006. Disponível em: [www.promobahia.com.br](http://www.promobahia.com.br). Acesso em: 13/06/06.

RESULTADO de um investimento de US\$ 1,25 bilhão, unidade vai gerar dez mil empregos no Estado. **Correio da Bahia.** Salvador, 03 de junho de 2005.

REVISTA FAE BUSINESS. O Mercado de Papel e Celulose. **Análise Setorial**, n. 01, nov. 2001. Disponível em: [www.fae.edu/publicacoes](http://www.fae.edu/publicacoes). Acesso em: 28/08/05.

ROCHA, Georges Souto. **Problemas Políticos, Sócio-econômicos e Ambientais de Grandes Projetos Energo-intensivos: o Caso da Indústria de Celulose e Papel no Extremo Sul da Bahia.** Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002; Disponível em: [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br). Acesso em 20/08/05.

SEGMENTOS AGROINDUSTRIAIS. **Conjuntura Econômica.** FGV, v. 30, n. 12, dez/1976.

SOUZA, Roberta L.; OLIVEIRA, Meire Jane L. **Análise do Setor de Papel e Celulose de Mercado na Década de 90: Mundo, Brasil e Bahia.** Salvador, n. 57, 2002. (Série Estudos e Pesquisas – Dez anos de Economia na Bahia).

\_\_\_\_\_. Desempenho da Indústria de Papel e Celulose de Mercado: Brasil e Bahia – 1999/2001. **Conjuntura e Planejamento.** Salvador, n. 92, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002.** Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 60, v. 02).

SUZANO PAPEL E CELULOSE. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/projetomucuri>>. Acesso em: 02. mai. 2006.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: editora UNESP. Salvador/BA: EDUFBA, 2001.

VERACEL CELULOSE. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br>>. Acesso em: 02. mai. 2006.





